

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

DÉBORA GALLAS STEIGLEDER

**O MEIO AMBIENTE NA VISÃO MERCADOLÓGICA**

**Análise dos critérios de noticiabilidade em reportagens sobre o novo Código Florestal  
Brasileiro no Jornal do Comércio**

Porto Alegre

2012

DÉBORA GALLAS STEIGLEDER

**O MEIO AMBIENTE NA VISÃO MERCADOLÓGICA**

**Análise dos critérios de noticiabilidade em reportagens sobre o novo Código Florestal Brasileiro no Jornal do Comércio**

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre

2012



FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC  
(Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado.....  
.....  
.....,  
de autoria de .....,  
estudante do curso de Comunicação Social, habilitação .....  
....., desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, ..... de ..... de 20....

Assinatura:

Nome completo do **orientador**:

## RESUMO

Este trabalho analisa o tratamento das questões ambientais pelas reportagens do periódico gaúcho *Jornal do Comércio* sobre o novo Código Florestal brasileiro durante o ano de 2011. Justifica-se pela missão do periódico em transmitir ao público a informação comprometida com o bem público e dotada de visão sistêmica. Questiona se os interesses econômicos de empresários e comerciantes gaúchos, o público-alvo do jornal, influenciam a composição das matérias e se o veículo considera as consequências ambientais da aprovação de uma nova legislação. Objetiva constatar se o meio de comunicação estudado considera os princípios de conscientização do Jornalismo Ambiental. Apresenta como objetivos específicos as análises dos critérios de noticiabilidade, das fontes e do grau de comprometimento com o interesse público presentes nas reportagens selecionadas. Discute os papéis da empresa jornalística e do profissional desse campo na transmissão de informações de forma ética e identificadas com os ideais da verdade. Com base no Paradigma da Complexidade, explica que todas as formas de vida estão interligadas e fazem parte de um contexto. De acordo com as teorias do Jornalismo Ambiental, defende que a imprensa deve promover a cidadania fomentando a ideia da preservação ambiental. Ressalta que o Jornalismo Ambiental não é neutro, pois defende um bem comum, a vida. Promove breve apanhado histórico das teorias ecológicas e da legislação ambiental brasileira. Utiliza-se de um método qualitativo, a Análise Descritiva, a fim de revelar os aspectos que caracterizam as reportagens do *Jornal do Comércio* sobre o Código Florestal. Identifica poucos preceitos do Jornalismo Ambiental entre o conteúdo analisado. Aponta como principais critérios de noticiabilidade a atualidade, a importância, a continuidade e a proximidade. Destaca as fontes primárias, relacionadas ao poder político e econômico, como as mais recorrentes nas notícias estudadas. Verifica que a premissa das reportagens é o posicionamento dos ruralistas e que as opiniões de defensores da preservação do meio ambiente não dialogam com o texto principal. Afirma que a pluralidade de vozes constatada no *Jornal do Comércio* não garante a expressão equitativa de diversos pontos de vista no texto jornalístico. Conclui sugerindo que o veículo adote mudança de paradigma a fim de se adaptar à prática de conscientização do público.

**Palavras-chave:** Jornalismo Ambiental. Meio ambiente. Código Florestal. *Jornal do Comércio*. Critérios de Noticiabilidade.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abag	Associação Brasileira do Agronegócio
Agapan	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
APP	Área de Preservação Permanente
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça do Senado
CMA	Comissão de Meio Ambiente do Senado
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento
Fecoagro	Federação das Cooperativas Agropecuárias
Farsul	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetag-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
MP	Medida Provisória
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STJ	Supremo Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 JORNALISMO E MEIO AMBIENTE: A IMPRENSA E A RESPONSABILIDADE COM O PLANETA NA COBERTURA DA VOTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO</b>	<b>12</b>
<b>2.1 A função social do jornalismo</b>	<b>13</b>
2.1.1 <i>O ethos jornalístico</i>	14
2.1.2 <i>O papel da empresa jornalística</i>	17
<b>2.2 Jornalismo Ambiental como prática de conscientização</b>	<b>18</b>
2.2.1 <i>A importância do saber ambiental</i>	20
2.2.2 <i>A emergência do pensamento sustentável e os desafios da cobertura ambiental</i>	25
2.2.3 <i>Por um jornalismo mais comprometido com a vida</i>	27
<b>2.3 Código Florestal Brasileiro: o papel do jornalismo na contextualização das informações ambientais</b>	<b>33</b>
3.3.1 <i>Histórico do Código Florestal</i>	34
3.3.2 <i>Propostas de alteração da legislação</i>	36
<b>3 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM PAUTA</b>	<b>40</b>
<b>3.1 Conflitos ideológicos de agentes do campo jornalístico</b>	<b>42</b>
<b>3.2 Definição da natureza das notícias</b>	<b>45</b>
3.2.1 <i>Atribuição de valores-notícia</i>	47
3.2.2 <i>Seleção através dos critérios de noticiabilidade</i>	48
<b>3.3 Métodos de classificação das informações</b>	<b>50</b>
3.3.1 <i>Atualidade</i>	52
3.3.2 <i>Continuidade e ruptura</i>	52
3.3.3 <i>Normalidade e anormalidade</i>	53
3.3.4 <i>Importância e interesse</i>	53
3.3.5 <i>Proximidade e distância</i>	54
3.3.6 <i>Identificação</i>	55
3.3.7 <i>Intensidade</i>	56
3.3.8 <i>Ineditismo</i>	56
<b>4 ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL DO COMÉRCIO SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO</b>	<b>58</b>

<b>4.1 Jornal do Comércio: Breve contextualização</b>	<b>58</b>
<b>4.2 Análise descritiva de reportagens sobre o Código Florestal Brasileiro no Jornal do Comércio</b>	<b>59</b>
4.2.1 <i>Análise descritiva 1</i>	59
4.2.2 <i>Análise descritiva 2</i>	61
4.2.3 <i>Análise descritiva 3</i>	62
4.2.4 <i>Análise descritiva 4</i>	65
4.2.5 <i>Análise descritiva 5</i>	68
4.2.6 <i>Análise descritiva 6</i>	70
4.2.7 <i>Análise descritiva 7</i>	71
4.2.8 <i>Análise descritiva 8</i>	72
4.2.9 <i>Análise descritiva 9</i>	73
4.2.10 <i>Análise descritiva 10</i>	74
4.2.11 <i>Análise descritiva 11</i>	76
4.2.12 <i>Análise descritiva 12</i>	77
<b>4.3 Exposição de resultados</b>	<b>79</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Devido à necessidade de (re)pensar as práticas vigentes no mundo em que vivemos, o estudo das relações entre a humanidade e o meio ambiente é cada vez mais urgente no meio acadêmico. No campo da comunicação, trabalhos que abordem a responsabilidade da conduta de homens e mulheres frente às diferentes formas de vida que possibilitam sua própria existência são crescentes, mas ainda não são numerosos. Cientes desse preocupante cenário de degradação da biodiversidade existente no nosso planeta, questionamo-nos sobre como o jornalismo se posiciona frente às constantes ameaças aos ecossistemas e seus organismos e, conseqüentemente, ao futuro da vida na Terra.

Nossa investigação, portanto, visa a responder se o periódico analisado neste trabalho – **Jornal do Comércio**, de Porto Alegre – esclarece e conscientiza o público sobre os efeitos da aprovação de nova legislação ambiental para o País. As notícias dão destaque somente aos propalados aspectos econômicos como elementos que tornam as alterações no Código Florestal necessárias? Os aspectos ambientais são considerados? O interesse em responder a tais questões vem da nossa preocupação com as conseqüências da aprovação de leis que justifiquem a destruição da natureza pelo agronegócio. Pensamos que produtores e consumidores devem adaptar-se aos limites que protegem os ecossistemas do planeta e não flexibilizá-los de acordo com interesses particulares.

Nosso objeto de estudo é constituído por reportagens publicadas no jornal a respeito das propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro no Congresso Nacional. O **Jornal do Comércio** é um veículo tradicionalmente voltado ao empresariado gaúcho, que se pauta essencialmente pelas ações do mercado e pelas decisões governamentais que interferem em orçamentos e atividades econômicas. Então, consideramos pertinente a análise das abordagens relativas às questões ambientais nesse periódico. Nosso objetivo, assim, é verificar se os textos noticiosos abordam apenas os benefícios econômicos das mudanças no Código. Queremos averiguar a relevância dos interesses econômicos de empresa jornalística e leitores no processo de produção da informação.

Partindo da conscientização que deve reger a prática jornalística, sobretudo quando esta trata da construção de um mundo sustentável, o trabalho apresenta também os seguintes objetivos específicos: avaliar se o enquadramento contempla o interesse público, ou se as informações reforçam o ponto de vista do público-alvo do jornal (indivíduos ou empresas com foco nas finanças públicas, particulares ou corporativas); verificar se há diversidade de fontes; conferir se há espaço equitativo para cada ponto de vista a respeito do tema; e



investigar quais os critérios utilizados pelo periódico para noticiar aspectos sobre o Código Florestal que ameacem os ecossistemas brasileiros.

O estudo justifica-se pela responsabilidade do veículo de comunicação em tratar de todos os aspectos que envolvem a votação do Código Florestal Brasileiro. O princípio de informar e conscientizar deve ser primordial em qualquer meio. Mesmo que estes sejam direcionados à cobertura de fatos relevantes para o mercado, como é o caso do **Jornal do Comércio**, precisam adotar uma visão sistêmica dos acontecimentos: embora sua circulação seja restrita a um determinado nicho, o periódico deve apresentar ao leitor a complexidade que origina uma questão de ordem econômica. Sistemas econômicos são consequência de uma determinada forma de organização social, mas essa sociedade não pode existir sem que haja ligação de seus membros com aquilo que os recursos naturais do planeta lhes fornecem.

Para realizar tal análise, selecionamos todas as 12 reportagens divulgadas entre maio e dezembro de 2011, período em que a legislação tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado brasileiros. A pauta ficou parada durante os meses de recesso do Congresso – janeiro e fevereiro. Em março de 2012, data do início deste trabalho, a discussão foi retomada na Câmara, pois os deputados federais deveriam aprovar as modificações que os senadores efetuaram no texto. Devido à incerteza frente aos constantes adiamentos do debate e à impossibilidade de acompanhar o desenrolar da situação durante a redação desta monografia, decidimos desconsiderar as reportagens publicadas a partir de 2012 e focarmos na cobertura realizada no momento de maior efervescência da discussão, em que parlamentares e partidos manifestaram seus posicionamentos frente ao projeto.

A matéria foi uma das maiores controvérsias da política brasileira em 2011 em face da natural oposição entre ruralistas e ambientalistas frente à nova legislação proposta. Por se tratar justamente de texto polêmico, outra grande complicação observada foi relativa ao fato de a bancada dos aliados do governo de Dilma Rousseff, do PT, usarem a votação para barganhar com o Governo Federal. Em 25 de maio de 2012, a presidente vetou 12 artigos e modificou outros 32 que constavam no projeto relatado pelo Deputado Federal Paulo Piau (PMDB-MG), votado pela Câmara no dia 25 de abril de 2012. O texto de Piau modificava os acordos obtidos entre oposição e aliados na votação do Senado (concluída em 06 de dezembro de 2011), considerados ideais pelo Planalto. Já a matéria posteriormente aprovada pelos deputados atendia aos anseios da bancada ruralista, que defende a liberação do uso de áreas já

ocupadas pelo agronegócio e a suspensão de multas aos proprietários que desmataram antes de 22 de junho de 2008.<sup>[1]</sup> O debate estende-se durante o período de redação deste trabalho.

A proposta de mudança da legislação ocorreu em 2010 e foi apresentada pelo Deputado Federal Aldo Rebelo (PC do B), hoje Ministro do Esporte. Entre as alterações indicadas pelo texto mais recentemente aprovado estão as seguintes: suspensão de punição a proprietários rurais por utilização irregular de áreas protegidas antes de 22 de julho de 2008; redução das competências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) – o órgão, por exemplo, não mais ficaria responsável pela emissão de licenças para desmatamento em áreas da União ou com impactos regionais e nacionais —; redução da extensão mínima de Áreas de Preservação Permanente (APPs); estabelecimento da vegetação nativa de margens de rios, lagos e nascentes baseado no nível regular da água e não mais no período de cheia; fim da obrigação de recuperação de reserva legal para imóveis com até quatro módulos fiscais, ou seja, proprietários dessas áreas não precisariam recompor a vegetação nativa suprimida; permissão do acréscimo das APPs no cálculo das reservas legais; e permissão de utilização do conceito de área consolidada – local com ocupação humana estabelecida até certa data cuja recuperação deixa de ser necessária.<sup>[2]</sup>

Assim, a discussão sobre o novo Código Florestal Brasileiro é crucial para entendermos quais interesses políticos e econômicos estão em jogo e como eles podem desconfigurar as ações necessárias para a construção de um planeta sustentável. Em junho de 2012, o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em alusão aos 20 anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92), também no Rio de Janeiro. Os debates ocorridos no evento de 1992 resultaram na Agenda 21, carta de intenções das nações participantes para diminuição do impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente e para incentivo à sustentabilidade.<sup>[3]</sup> As expectativas para este ano, no entanto, correm o risco de não serem alcançadas, pois o desenvolvimento sustentável defendido no encontro, mesmo sendo um conceito questionável e repleto de contradições, está sendo ameaçado pela nova legislação dos anfitriões.

---

<sup>1</sup> SAIBA os principais pontos do Código Florestal aprovado pela Câmara. **IG**, São Paulo, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-04-26/saiba-os-principais-pontos-do-codigo-florestal-aprovado-pela-cam.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>2</sup> Dados retirados de: SENADO FEDERAL. **Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/infograficos/principais-diferencas-entre-a-legislacao-atual-e-o-texto-aprovado-na-camara>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

<sup>3</sup> RIO+20. **O que o Brasil espera**. Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br/brasil/o-que-o-brasil-espera>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

A nossa escolha pelo veículo **Jornal do Comércio** como objeto de estudo deveu-se ao interesse em entender por que a maioria das reportagens sobre temática ambiental publicadas por ele aparece na editoria de Economia, sob a cartola “Agronegócio”, sobretudo aquelas relacionadas com a votação do Código Florestal Brasileiro. Assim, preocupamo-nos com a possibilidade de o jornal abordar apenas um dos diversos posicionamentos sobre o tema. Evidentemente, a indispensável polifonia de vozes no discurso jornalístico é o elemento que viabiliza discussões públicas que se propõem racionais e objetivas, em que todos os pontos de vista sobre a situação em questão são contemplados.

Portanto, a fim de clarificarmos a análise e investigarmos se há interesses que desviam o veículo de sua tarefa – como observador da realidade – de trazer ao público as informações mais completas possíveis através da representação das reivindicações de cada setor da sociedade, abordamos os critérios de noticiabilidade. Esses elementos, elencados por uma série de autores, permitem-nos averiguar as principais influências presentes na construção da notícia veiculada por determinado meio de comunicação. Wolf (1999), Traquina (2005), Lage (2001), Franciscato (2002) e Silva (2005) são alguns dos autores que consultamos para enumerar fatores como rotinas produtivas do jornalista, cultura profissional, compromissos éticos, posicionamento do veículo de comunicação, acesso a tecnologias e ferramentas que auxiliem na transmissão da informação, avaliação da audiência e da concorrência, acesso a fontes e formato do produto. Através das classificações propostas por esses autores, discutiremos quais aspectos o **Jornal do Comércio** considerou na veiculação de fatos relativos ao Código Florestal Brasileiro.

Para isso, utilizamos como método a Análise Descritiva. Nosso intuito é avaliar o grau de preocupação do jornal com o conteúdo abordado. O estudo visa a conferir se o veículo estabelece o comprometimento com informação completa e de qualidade acima da preocupação com o sucesso mercadológico. Para tanto, apontaremos quais são os critérios de noticiabilidade mais recorrentes entre as reportagens sobre o Código Florestal publicadas no **Jornal do Comércio**. Entre os aspectos também considerados na análise, estão as fontes utilizadas, o espaço ocupado pela notícia na página, o intervalo de tempo entre publicações relativas à cobertura da votação no Congresso, a editoria em que as reportagens aparecem, se elas são acompanhadas de imagens e se o Código Florestal é o assunto central do texto.

Permeando todos os elementos do estudo, encontram-se os princípios do Jornalismo Ambiental. Esta não é uma vertente especializada do jornalismo, como a fragmentação que distingue notícias de política, economia, cultura, esporte, etc. e as coloca em editorias específicas; ao contrário, o Jornalismo Ambiental, baseado na visão sistêmica, defende a inter

e a multidisciplinaridade das abordagens noticiosas. Somente se considerarmos as interações entre elementos da natureza poderemos ter noção do contexto: o todo é mais do que a soma das partes, e estas não devem ser isoladas.

O jornalismo assume sua função educativa através da relação dialógica proposta pelo pensamento complexo: segundo esse método, apenas por meio da relação multidimensional – que pressupõe a inclusão da sociedade na discussão sobre a sustentabilidade da vida no planeta – construímos cidadania. Entre os autores consultados para definirmos o quão importante é a emergência do pensamento sistêmico na prática jornalística, estão Bueno (2008), Girardi (2008; 2010), Sousa (2008), Miranda (2012) e Trigueiro (2005). Recorremos também a pensadores como Morin (2000; 2008) e Capra (1997), que nos explicam como os organismos, ou sistemas vivos, estão integrados uns aos outros e ao ambiente.

A compreensão desse vínculo da humanidade com o meio ambiente nos leva a adotar, no desenvolvimento deste estudo, um paradigma que contemple a interdependência entre tais elementos. No caso do jornalismo, atividade socialmente reconhecida pelo dever de transmitir conhecimento, a abordagem fragmentada de conteúdos relacionados entre si provoca distorção da informação. Portanto, através de perspectiva que considere a totalidade, o jornalista pode alertar os cidadãos sobre as consequências do desequilíbrio na relação entre organismos e ecossistemas e contribuir para a preservação da vida.

A estrutura deste trabalho compreende quatro capítulos subsequentes. Após esta introdução, no capítulo dois, abordaremos a função do jornalismo, especificando, dessa maneira, os preceitos do Jornalismo Ambiental e as teorias que conduzem a atuação responsável do profissional que lida com essa temática. No capítulo seguinte, descreveremos os critérios de noticiabilidade e os métodos de construção das notícias. Em seguida, apresentaremos a análise descritiva de cada uma das reportagens, destacando, principalmente, quais os critérios utilizados pelo jornal para noticiar o fato e se o texto segue os fundamentos do Jornalismo Ambiental. Por fim, sintetizaremos nossos resultados nas considerações finais.

## **2 JORNALISMO E MEIO AMBIENTE: A IMPRENSA E A RESPONSABILIDADE COM O PLANETA NA COBERTURA DA VOTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO**

Através da atividade jornalística, a sociedade toma conhecimento dos fatos diários mais relevantes para seu cotidiano e, dessa forma, passa a compreender o contexto em que vive. Porém, o papel do jornalismo na construção da cidadania vai além da transmissão de informações, pois assume a função educativa que lhe é atribuída por diversos autores abordados neste trabalho. O exercício do Jornalismo Ambiental representa uma das principais forças em defesa da conscientização dos indivíduos por meio da produção noticiosa.

Na visão de Shinar (2008, p.25), o jornalismo contemporâneo conta com uma série de limitações estruturais, e presencia um cenário em que “[...] a cobertura dos verdadeiros problemas é sacrificada em favor de temas adequados às definições atuais do valor de notícia e a interesses políticos e econômicos” O Jornalismo Ambiental pertenceria a essa categoria de práticas cidadãs ofuscadas por pretensões relacionadas ao poder. Shinar aponta como alternativa a correlação entre jornalismo de paz e Jornalismo Ambiental, ambos atividades de mobilização dos jornalistas frente a causas de justiça social.

O Jornalismo Ambiental, de acordo com Girardi e Massierer (2008), alicerça-se no paradigma da complexidade. Segundo Morin (2008, p.20), a complexidade é formada por “[...] constituintes heterogêneos inseparavelmente associados”. Trata-se, para o autor, de organização do conhecimento baseada em processo de “auto-eco-organização” (MORIN, 2000, *on-line*), na qual relações entre sujeito e objeto não podem ser dissociadas e isoladas do ecossistema em que se desenrolam. Através do princípio de interdependência, entendemos que todos os organismos interagem entre si e com o ambiente (CAPRA, 1997). O Jornalismo Ambiental, portanto, baseia-se na “[...] pluralidade de vozes e em teorias que compreendam a visão sistêmica” (GIRARDI ET AL., 2010, p.4) a fim de superar a tradicional fragmentação que percebemos na produção jornalística e promover conhecimentos que contribuam para a construção de um planeta sustentável.

Utilizaremos o pensamento complexo adotado pelo Jornalismo Ambiental a fim de analisarmos reportagens sobre o Código Florestal. Por se tratar de uma legislação que afeta a preservação de recursos naturais e cuja reformulação privilegia a produção agropecuária, é essencial que o jornalismo esclareça os riscos da sua aprovação para todas as instâncias da sociedade. Assim, a visão ampla dos estudos ambientais deve trazer ao conhecimento dos

indivíduos todas as problemáticas que envolvem o assunto, e não apenas considerá-lo causa de discordâncias políticas.

## **2.1 A função social do jornalismo**

A existência de meios de comunicação produzidos para todos os tipos de público e presentes em todas as localidades do planeta permite aos indivíduos acesso amplo e irrestrito ao conhecimento sobre o cotidiano. Por essa razão, os profissionais têm grande responsabilidade sobre o conteúdo disponibilizado à sociedade, a qual, por sua vez, espera do jornalista a descrição de um acontecimento da forma mais condizente possível com a realidade.

Franciscato (2002) lembra que, historicamente, a prática jornalística compreende conceitos como neutralidade, objetividade e imparcialidade, e que, devido ao compromisso com a pluralidade do texto noticioso, resultado da combinação de diferentes forças e vozes, o jornalista segue princípios que definem seu papel social específico e o diferem das demais profissões. Para Traquina (2004), a atividade jornalística está relacionada com a manutenção da democracia. O autor afirma que o jornalismo possui as liberdades positiva, quando consiste em ferramenta de ligação entre poder e público, e negativa, quando alerta e protege a sociedade de abusos dos poderosos.

Tratando da perspectiva histórica, Lage (2001) ressalta que “[...] a imprensa já existia como possibilidade material muito antes da exigência social que a fez brotar” (2001, p.22). Traquina (2004) atribui o surgimento dos jornais à necessidade de haver instrumento de luta política durante a Idade Moderna. Embora os proprietários de veículos passassem a enxergá-los, sobretudo a partir do século XIX, como fonte de lucros, a função social do jornalismo fortaleceu-se através de fatores como a profissionalização do jornalista – que, agora, privilegiava os fatos sobre as opiniões – e o aumento do percentual de leitores por meio da crescente escolarização (TRAQUINA, 2004). O jornalismo, então, ao longo de sua trajetória pelos séculos seguintes, foi alçado à condição de porta-voz da opinião pública e de vigilante do poder. Shinar enfatiza que, atualmente, a comunicação é a atividade que possibilita a conscientização pública: “[...] a mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade” (2008, p.28), uma vez que seu posicionamento ético impele o jornalista a preservar a fidedignidade dos mais diversos fatos que são presenciados por esse profissional em seu cotidiano.

Diariamente, os jornalistas lidam com todos os aspectos da vida humana; diariamente, reagem a uma avalanche de acontecimentos produzidos por uma variedade de seres humanos, individualmente ou no âmbito de atividades de instituições, partidos, movimentos, governos, etc. (TRAQUINA, 2004, p.115)

Para Girardi e Massierer (2008), jornalistas não são meros observadores, mas sim “participantes ativos na construção da realidade” (p.5). Os profissionais, ao lidarem com toda a sorte de acontecimentos, fazem das notícias “[...] resultado de processos de interação social entre jornalistas, entre os jornalistas e a sociedade, e entre os jornalistas e as suas fontes de informação” (TRAQUINA, 2001, p.63). Franciscato (2002) também ressalta que, devido a esse processo de diálogo com a opinião pública, o produto jornalístico se constitui em um documento de uso público que atende às demandas da sociedade.

Para que o jornalismo cumpra sua função perante a sociedade, ele depende das variáveis que afetam a rotina de produção. Neste trabalho, destacamos as responsabilidades do profissional de campo e da empresa jornalística na integridade da transmissão do conteúdo noticioso. Ambos devem atuar por meio da consciência de sua contribuição para o fomento do conhecimento socialmente compartilhado.

### 2.1.1 O *ethos* jornalístico

Devido à importância do jornalismo, atividade que difunde conhecimento entre os mais variados setores sociais, o profissional desse campo precisa estar ciente de seus limites éticos. Para isso, são necessárias regras de atuação que orientem o jornalista durante todo o processo de construção da realidade.

Segundo Traquina (2004), a existência de costumes compartilhados profissionalmente, de um saber especializado e de um conjunto de responsabilidades define o jornalismo como categoria profissional dotada de cultura própria. O autor realça que, apesar da incapacidade que o jornalismo enfrenta para delimitar seu território de atuação, essa prática pressupõe sabedoria e modos de agir coletivos. Portanto, através da conduta específica verificada entre os trabalhadores dos meios de comunicação de massa na construção da notícia, percebemos que a atividade jornalística deve ser exercida de acordo com um código que afirme seu comprometimento com a verdade diante do público. Para Franciscato, o jornalista opera segundo o “compromisso ético com uma ideia de verdade do real”<sup>4</sup> (2002, p.3), além de “[...] produzir conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações num tempo presente” (*op. cit.*).

---

<sup>4</sup> Grafia atualizada de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Para Traquina (2004), por se tratar de atividade identificada à teoria democrática, jornalismo é serviço público. Essa função é destacada no código deontológico da profissão. De acordo com o autor, a deontologia auxilia o reconhecimento coletivo do papel do jornalista perante a sociedade.

Existe um reconhecimento colectivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no “espaço público”, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático, responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos.[<sup>5</sup>]  
(TRAQUINA, 2004, p.120)

Traquina (2004) realça que o jornalismo aproxima-se do polo identificado com as profissões liberais, ao invés de se estruturar como simples ocupação. E, nesse contexto, os jornalistas atuam a partir de princípios como o universalismo – que pressupõe igualdade de tratamento –, o distanciamento – que desautoriza o profissional a agir segundo interesses próprios – e a objetividade – que se concretiza através da equidistância do jornalista em relação aos agentes sociais. Há, ainda, valores como a autonomia e a independência, gerados pela liberdade da atividade jornalística em contexto democrático e segundo os quais os profissionais garantem sua credibilidade. Lage (2001) relaciona o exercício do jornalismo à trajetória ocidental de modernização e urbanização e aos períodos de supressão da liberdade nesse sistema. Diante da informação limitada por regimes autoritários, os cidadãos passaram a valorizar a atividade do profissional da imprensa.

A burguesia ascendente utilizou seu novo produto para a difusão dos ideais de livre comércio e de livre produção que lhe convinham. Logo também viriam as respostas do poder político autocrático a essa pregação subversiva, sob a forma de regulamentos de censura ou da edição de jornais oficiais e oficiosos, vinculados aos interesses da aristocracia. A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser. (LAGE, 2001, p.25-26)

Para Traquina (2004), a exatidão da informação é vital no serviço prestado pela imprensa. Tal aspecto relaciona-se com a verdade que permeia o jornalismo e a liberdade, na medida em que é ela que define os deveres do jornalista perante o interesse público. O autor ressalta que a verdade nunca é absoluta, pois o jornalismo é produto de um discurso

---

<sup>5</sup> Grafia inalterada.



construído através de uma série de variáveis, mas defende que a exatidão deve ser perseguida ao máximo, justamente por se tratar de um serviço diretamente prestado à comunidade.

A objetividade é outro valor afirmado pelo jornalismo, lembra Traquina (2004). O autor, porém, frisa que este conceito não pode ser reduzido à dicotomia com a subjetividade. Traquina (*op. cit.*) aponta a Grande Guerra Mundial como o estopim da mudança coletiva de percepção sobre esse conceito. A mobilização política imposta pelas disputas entre as nações originou a propaganda e a profissão de relações públicas (capazes de criar notícias de acordo com o interesse das organizações que representam). Esse fenômeno reposicionou o jornalismo como reprodutor de discursos ideológicos, função que fomentou seu desenvolvimento ainda nos séculos XVII e XVIII. O jornalista norte-americano Walter Lippmann, ciente de que a produção de um texto noticioso imparcial era, assim, uma impossibilidade, desenvolve, após a Segunda Guerra Mundial, método científico que objetiva retomar a tradição do jornalismo do século XIX, o qual valorizava os fatos ante as opiniões. O século XX, portanto, marca o fim da crença em texto neutro. A objetividade passa a ser vista como fidelidade a regras capazes de assegurar credibilidade, e não como oposição à subjetividade.

Apesar da existência de teoria, Traquina (2004) aponta estudos que confirmam a existência de faro jornalístico capaz de determinar o que é notícia. Por outro lado, pensadores, como o sociólogo francês Pierre Bourdieu, destacam que a função intelectual é essencial no jornalismo. Para Traquina (*op. cit.*), teoria e prática aliam-se no reconhecimento da notícia.

Os códigos deontológicos no jornalismo não têm a força disciplinar que têm no caso dos médicos e dos advogados, em que a organização representativa dos membros da comunidade tem o poder de controlar os transgressores dos códigos, com a possibilidade de os expulsar da profissão [...]. Mas a existência de um código deontológico é reconhecida por todos os estudiosos da problemática das profissões como um atributo indispensável na definição de uma profissão liberal e a sua existência no jornalismo torna insustentável a defesa da posição de que o jornalista é apenas um trabalhador por conta de outrem. (TRAQUINA, 2004, p.119)

A atuação do profissional do campo jornalístico, porém, não basta para que a narração noticiosa seja fidedigna em relação ao acontecimento referenciado. Para tanto, é necessário que o veículo de comunicação responsável pela exposição do fato considere a missão de informar a sociedade superior a quaisquer outras aspirações, sejam elas financeiras, sejam políticas.

### 2.1.2 O papel da empresa jornalística

A empresa jornalística difere das demais organizações pela missão de informar o público. Aqui, questionamos se a atividade da imprensa é afetada pelos imperativos econômicos que governam a sociedade capitalista.

Traquina define que o jornalismo, em uma democracia, funciona como um “mercado de ideias” (2004, p.128)<sup>6</sup>, pois a sociedade utiliza o espaço da imprensa para discutir e opinar. Dessa maneira, segundo o autor, a empresa jornalística deve orientar sua atuação a serviço da liberdade. Franciscato ressalta que “[...] a instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diversificado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (2002, p.3). Isso permite ao público criar expectativas em relação ao dinamismo e à vigilância que o veículo jornalístico deve mostrar.

No entanto, é necessário considerarmos as bases de sustentação financeira institucionais:

Empresas têm interesses objetivos, inserem-se em articulações, dependem de financiamento, publicidade, tecnologia e aceitação social. Não é fácil sustentar organizações desse tipo sobre a individualidade de jornalistas apaixonados pela própria missão e pelas próprias carreiras. (LAGE, 2001, p.38)

Para Traquina (2001, p.193), “[...] a ideologia do jornalismo tem acentuado o seu lado de serviço público, mas tem tido cada vez mais dificuldade em fornecer uma máscara a um empreendimento que sofreu importantes mutações na sua estrutura econômica”. Para o autor, o neoliberalismo dos anos 80 transformou empresas familiares em conglomerados, o que valorizou as variáveis financeiras nas organizações jornalísticas. Segundo Girardi e Massierer (2008), que investigaram a produção noticiosa em jornais gaúchos através da Teoria do Newsmaking, fatores econômicos e aspectos jurídicos são os elementos que mais influenciam o jornalista na decisão de publicar, ou não, uma matéria. Ou seja, a organização da empresa ainda impõe limites, mesmo que de forma inconsciente, à prática jornalística. Para as autoras, é raro haver divergências entre jornalistas e chefias “[...] porque os repórteres cumprem as determinações, e quase nunca se manifestam contrariamente a uma sugestão de enquadramento. Isso significa que o jornalista passa a ter uma autonomia ‘relativa’” (GIRARDI; MASSIERER, 2008, p.8).

---

<sup>6</sup> Grafia atualizada de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Porém, complementam as autoras, o veículo deve prezar pelo interesse público quando constrói sua agenda, e os jornalistas devem buscar a qualificação do conteúdo que produzem para além das influências internas e externas e das limitações estruturais. De acordo com Traquina (2004), o polo ideológico do jornalismo contrapõe-se ao polo econômico ou comercial, que enxerga as notícias como mercadoria. Para o autor, o jornalismo não pode ser considerado atividade econômica, uma vez que seu exercício é baseado na responsabilidade para com o público e no serviço à comunidade.

Dessa maneira, o lucro deve ser uma consequência para a empresa jornalística. O veículo de comunicação deve calcar sua existência em valores identificados com a prática da cidadania.

## **2.2 Jornalismo Ambiental como prática de conscientização**

O Jornalismo Ambiental tem como princípio a teoria sistêmica, segundo a qual tudo está interligado em uma rede de relações com infinitas possibilidades de interação. Trata-se, portanto, de uma prática que considera a totalidade dos acontecimentos e não vê o mundo através de fragmentos incompatíveis entre si.

O jornalismo ambiental é a tentativa de se explicar as ciências da vida e da Terra por meio de uma linguagem acessível, de fácil compreensão para os leigos, de modo a alertar a sociedade sobre os sinais de desgaste que o meio ambiente nos apresenta. Além do papel social de sensibilização da opinião pública, o jornalismo ambiental, por ser multidisciplinar, pode auxiliar na contextualização (e consequente melhor compreensão) do que está acontecendo no mundo. (LOOSE, 2008, p.290)

Para Trigueiro (2005), nem todos os veículos de comunicação são espaços abertos a críticas relacionadas ao tipo de jornalismo que vêm praticando. Cabe ao jornalista, através da visão sistêmica, introduzir novas temáticas em assuntos tradicionalmente abordados na configuração de editoriais, estrutura que segmenta aspectos com raiz em uma mesma problemática. Através do empenho em diversificar a abordagem, é possível trazer à tona aspectos e olhares geralmente esquecidos, como a perspectiva ambiental, suprimida por variáveis como a economia e a política, que permitem muito maior retorno comercial à empresa jornalística.

[...] as agendas dos cientistas e das organizações ambientalistas também podem influenciar a governação e o debate político, mas é a comunicação social que funciona como principal promotora dos temas ambientais à categoria de notícia, catapultando-os para as restantes agendas [...]. (SOUSA, 2008, p.80)

Em caráter regional, Belmonte (2004) destaca o ativismo gaúcho nos anos 70 como força pioneira para despertar atração da imprensa aos temas ambientais. O autor cita os protestos pelo fechamento da fábrica de celulose Borregard, em Guaíba, ocorridos em 1973, e a mobilização de estudante que subiu em árvore para impedir seu abate em razão da construção de um viaduto em Porto Alegre. Ambos os casos foram generosamente cobertos pelos meios de comunicação regionais, o que possibilitou uma aproximação entre ecologistas e população. Belmonte ressalta que, em âmbito nacional, as lutas contra a poluição proveniente da atividade industrial na cidade paulista de Cubatão e pela despoluição do rio Tietê, durante os anos 80 e 90, também contaram com a atenção da imprensa. Sousa (2008) lembra que a primeira cobertura de meio ambiente consolidada em nível mundial ocorreu durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), em 1992, no Rio de Janeiro.

Sousa (2008) afirma que as pautas sobre meio ambiente, então, tornaram-se mais prováveis a partir de coberturas cíclicas e ressalta que o tema passou a ser valorizado a partir do ativismo de figuras públicas em prol da causa ambiental. Segundo o autor, o assunto ainda é visto como notícia somente quando há grandes catástrofes geradoras de imagens impactantes, como derramamentos de petróleo. “O meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica”, complementa Belmonte (2004, p.21-22). Sousa (*op. cit*) lembra que muitas organizações ambientalistas se inserem na agenda dos veículos através da produção de “pseudoacontecimentos”<sup>7</sup> (2008, p.79), não totalmente contextualizados nos meios de comunicação. Loose critica a abordagem de questões ambientais “[...] como pretexto para divulgar a economia, uma nova política ou entreter seu público” (2008, p.291). Para Girardi e Massierer (2008, p.11), “[...] os jornalistas, confrontados com a superabundância<sup>8</sup> de acontecimentos e a escassez de tempo, lutando para impor uma ordem no espaço e no tempo, são obrigados a criar a rotina do esperado”.

A pauta ambiental é complexa, exige investigação de conceitos, problemáticas e conflitos e, portanto, não deve ser baseada só no factual. O imediatismo e a corrida pelo ‘furo jornalístico’ limitam as possibilidades da construção de uma matéria contextualizada, deixando-as focadas apenas no evento, geralmente esporádico, ou em consequências. As causas precisam ser averiguadas. (LOOSE, 2008, p.295-96)

---

<sup>7</sup> Grafia atualizada de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

<sup>8</sup> Grafia atualizada de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Para Bueno (2008), apesar das dificuldades de inserção de pautas ambientais nos noticiários tradicionais, o meio ambiente, por compreender uma infinidade de relações entre seres vivos e bens naturais, gera diversidade de pautas para a comunicação e para jornalismo, o que faz de ambos os campos multi e interdisciplinares. O autor lembra que “[...] essa generosidade temática não pode afastar o comunicador e o jornalista ambientais de uma visão dita sistêmica” (BUENO, 2008, p.164). Baumont, Girardi e Pedroso (2008) afirmam que a consciência ecológica vai além da própria experiência, preocupando-se com a comunidade planetária. Portanto, o Jornalismo Ambiental conta com abordagens irrestritas, pois “[...] seria uma ampliação da gama de sentidos e possibilidades jornalísticas sob enfoque da cidadania” (BAUMONT; GIRARDI; PEDROSO, 2008, p.196).

Dessa maneira, segundo as autoras, a contextualização é imprescindível, pois a visão ecológica permeia todo o processo de produção da notícia. Loose (2008) acrescenta que a não fragmentação da realidade observada no Jornalismo Ambiental contribui para a função por ele representada.

A consolidação de uma agenda ambiental nos meios de comunicação enfrenta limitações diariamente. Porém, o profissional desse campo, devido ao seu comprometimento com a transformação da realidade, deve transpor a rotina das organizações jornalísticas e propor ao público uma nova forma de enxergar o mundo.

### *2.2.1 A importância do saber ambiental*

O Jornalismo Ambiental caracteriza-se pela função educativa; sua missão é oferecer esclarecimentos à sociedade, constituindo cidadãos conscientes e capazes de preservar o planeta. Para isso, o público deve entender a complexidade que envolve todos os processos de interação social e o impacto de certas atividades produtivas para todas as formas de vida.

O paradigma da complexidade compreende a impossibilidade de haver certeza e precisão da ciência diante do acaso; a teoria pressupõe que tal instabilidade origine relações aleatórias entre os fatores que constituem o todo (MORIN, 2008). Wels (2004) define paradigma como o método de organização do conhecimento que objetiva torná-lo inteligível. Tal processo é realizado através da lógica. O paradigma da complexidade, portanto, busca compartilhar universalmente uma nova forma de se fazer ciência, que situe os problemas em nível global, que não separe a parte do contexto e que substitua a visão linear pela visão circular (MORIN, 2000).

O pensamento sistêmico é um dos princípios que Edgar Morin (2000) estabelece para que haja reflexão complexa. O autor (2008) conceitua sistema como a associação

combinatória de elementos diferentes. Para Capra, as propriedades desses elementos só podem ser compreendidas se pertencerem a um contexto: “[...]embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes” (1997, p.40). O sistema, portanto, baseia-se na dinâmica dos organismos vivos (MORIN, 2008). Wels (2004) afirma que tal teoria pressupõe que esses elementos interajam entre si, em relação ao centro e ao ambiente externo; portanto, é aplicada em nível transdisciplinar, pois proporciona a reunião de conhecimentos através de infinitas possibilidades, assim constituindo um movimento dialógico.

Essa visão sistêmica remete a um universo de análise onde todos seus componentes se encontram interligados [...]. Forma-se, assim, uma relação de dependência e autonomia entre o todo e as partes, entre as partes e o todo, e entre as partes em si, configurando a complexidade que caracteriza os processos sistêmicos. (WELS, 2004, p.50)

Wels (2004) lembra que os seres vivos praticam sua autonomia através da energia que despendem para sobreviver. Porém, tal energia precisa ser repostada, e a busca por esse recurso no meio ambiente configura dependência. Segundo Morin (2000), a ligação entre autonomia e dependência é decorrente do fato de sermos, ao mesmo tempo, produtos e produtores durante nossa existência. Igualmente, temos individualidade, mas pertencemos a inúmeros grupos sociais. Portanto, todos os organismos do planeta são “um” e “múltiplo”. Essa relação constitui o princípio de “auto-eco-organização” (MORIN, 2000, *on-line*).

A ecologia baseia-se em tal relação entre a unidade e o todo. José Lutzemberger (1999) destaca que a sobrevivência da espécie humana, por exemplo, está ligada à ecosfera; a preservação desta permite que o planeta continue abarcando a vida como a conhecemos. O desenvolvimento científico que objetiva o progresso da sociedade industrial coloca a natureza em risco, por não considerar a finitude de seus recursos. Para Capra (1997, p.23), “[...] quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes”.

Para Leff (2001), somente o saber ambiental pode reverter os problemas globais causados pelo trato irracional do ambiente. Segundo Capra (1997), a solução existe, mas exige mudança de percepção do mundo pela ciência e pela sociedade. “O **saber ambiental** problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas [...] para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-

natureza” (LEFF, 2001, p.177, grifo do autor). Leff defende a unificação do saber, possível através do desenvolvimento de uma “consciência subjetiva” (2001, p.146).

A preservação ambiental relaciona-se com o conceito de Ecologia Profunda de Capra (1997). Esta se opõe à ecologia rasa, antropocêntrica, e não separa a humanidade da natureza; baseia-se em valores ecocêntricos, e seu sistema ético compreende a interdependência entre seres vivos e suas comunidades. Tal pensamento é reflexo da emergência de uma visão holística, que direciona seus estudos para resoluções sustentáveis, a fim de que preservemos as gerações futuras. Condizente com os princípios da Ecologia Profunda, Bueno (2008) define meio ambiente como

[...] o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2008, p.163).

Para Lutzemberger (1999), é possível haver dois tipos de retroação (*feedback*) recorrentes do manejo humano do meio ambiente. A primeira, positiva, ocorre através da progressão geométrica. De acordo com Morin (2000), esse primeiro processo de retroação amplifica as reações. Lutzemberger (*op. cit*) a compara a uma avalanche em que a bola de neve inicia a descida como uma pequena esfera, portanto, lenta. Porém, a partir do momento em que mais matéria se aglutina a ela, seu tamanho e massa aumentam, e, assim, a descida torna-se mais veloz.

Inicialmente o processo exponencial pode ser bastante ordeiro e interessante, mas, após a fase inicial, se torna caótico e incontrolável [...]. Se observarmos atentamente a situação atual da Humanidade, podemos dar-nos conta de que já estamos entrando na fase de avalanche. (LUTZEMBERGER, 1999, p.76)

Morin (2000, *on-line*) tem o mesmo raciocínio sobre o processo de degradação do planeta pelas atitudes da humanidade, que, diante da incerteza, desconhece as consequências de suas ações.

Sabemos que todos os progressos adquiridos podem ser destruídos pelos nossos inimigos mais implacáveis: nós mesmos, dado que a humanidade é a maior inimiga da humanidade. Sabemos, atualmente, que o progresso deve ser regenerado [...]. O nosso destino é, pois, incerto, e ninguém sabe qual o destino do Cosmos.

Já a retroação negativa, segundo Lutzemberger, é a “reação que freia a ação” (1999, p.76) e representa a procura de estabilidade e de equilíbrio, ou seja, possibilita a sustentabilidade e a exploração perene do meio ambiente. “A economia de uma nação ou a economia global da Humanidade não escapam a estas regras fundamentais. Enquanto insistirmos numa economia exponencialmente crescente insistimos no desastre” (LUTZEMBERGER, 1999, p.77). Para o autor, é necessário haver novo paradigma que guie o pensamento econômico e a concepção de crescimento a ele relacionada. Capra (1997) concorda: a ecologia precisa estar à frente da sociedade baseada na competitividade econômica.

Lutzemberger (1999) avalia que o conceito do desenvolvimento econômico, tradicionalmente relacionado ao progresso, deve ser substituído pelo ideal do equilíbrio, pois o cálculo da produtividade da nação através do Produto Interno Bruto não leva em conta a qualidade de vida e a harmonia social, dentre outros fatores. Segundo Capra (1997, p.27), “[...] o saudável é o equilíbrio dinâmico”. Na vida em sociedade, isso significa a substituição da cultura de autoafirmação, baseada em recompensas financeiras e no poder político, pelo ideal de integração. Leff (2001) ressalta que o saber ambiental se encontra em conflito com a lógica de mercado, que, em sua racionalidade, despreza o estudo das causas da desigualdade social e da “desorganização ecossistêmica do planeta” (p.146).

Lutzemberger segue o raciocínio e defende que “[...] necessitamos **inverter a dessacralização da Natureza**” (1999, p.80, grifo do autor). Ele aponta que o Ocidente não se preocupa com a relação entre a humanidade e a natureza, e não percebe que ambos são inseparáveis. Por isso, propõe o “princípio de reverência à vida” (1999, p.81). Morin (2008) concorda e afirma que, segundo a complexidade, sujeito e objeto não podem ser dissociados e apenas o olhar do sujeito dará existência ao objeto.

Daí decorrerá todo um sistema de valores diametralmente oposto ao atual. A nova ética será inclusiva, ela abarcará o Caudal da Vida em sua plenitude. A filosofia será de **visão unitária do Universo**. Em terminologia mais técnica - o Universo como grande sistema racional, e todas as suas partes como subsistemas integrados, em complementaridade perfeita uns com os outros. Os limites entre estes subsistemas serão então arbitrários e abstratos, dependendo apenas de nossa maneira de catalogação, porque, basicamente, a grande Unidade Funcional é uma só, indivisível (LUTZEMBERGER, 1999, p.81, grifo do autor).



Segundo Morin (2008), o sistema aberto compreendido pelo pensamento complexo cultiva a noção do meio, no qual seus fatores se relacionam indiscriminadamente. Dessa maneira, ocorre diferenciação desse paradigma em relação ao disciplinar, que ignora a realidade em que se encontram os elementos estudados e transcendentaliza o objeto de análise, retirando-o de seu contexto. O autor define que, a partir do século XX, os três grandes campos científicos do Ocidente – física, biologia e ciência do homem – se isolam; surge, então, a “inteligência cega” (MORIN, 2008, p.18), fenômeno que se origina da hiperespecialização, da simplificação e da emergência de explicações baseadas em fórmulas e equações. A ciência passa a ter, cada vez menos, capacidade de refletir sobre si mesma e acaba por não conseguir organizar o conhecimento de acordo com a complexidade do real.

Para Lutzemberger (1999), observa-se, na atualidade, divisão de eras. Somente através de ações efetivas em defesa de práticas sustentáveis, a humanidade pode reverter o comportamento destrutivo e inconsequente que manteve em relação à natureza durante todo o processo de formação de sociedades. A espécie humana, de acordo com o autor (*op. cit*), não pode considerar-se mais evoluída em relação às demais. Todos os organismos, desde a origem da vida na Terra, evoluem através de processo sinfônico.

A evolução orgânica é um **processo sinfônico**. As espécies, todas as espécies, e o Homem não é exceção, evoluíram e estão destinadas a continuar evoluindo conjuntamente e de maneira orquestrada. Nenhuma espécie tem sentido por si só, isoladamente. [...] A natureza não é um aglomerado arbitrário de fatos isolados, arbitrariamente alteráveis ou dispensáveis. **Tudo está relacionado com tudo.** (LUTZEMBERGER, 1999, p.11, grifos do autor)

Através de tal proposição, Lutzemberger (1999) critica os tecnocratas que consideram a natureza irrelevante. Morin (2008) lembra que, atualmente, o conhecimento não é controlado pelos sábios, mas pelos poderosos. O autor também enfatiza que a estratégia política requer saber complexo, pois trabalha com o incerto; dessa forma, não pode apresentar-se como simplificadora e maniqueísta. Para Baumont, Girardi e Pedroso (2008), essa atitude é reflexo de uma sociedade individualista, que não considera a interdependência entre os elementos que constituem o mundo como o conhecemos. Para Capra, cabe à ciência da humanidade, então, o desenvolvimento de uma consciência sobre o impacto de suas atividades, pois

as sociedades humanas constituem um caso especial devido ao papel crucial da linguagem [...]. Enquanto a coesão dos insetos sociais se baseia no intercâmbio de

substâncias químicas entre os indivíduos, a unidade social das sociedades humanas baseia-se no intercâmbio de linguagem. (1997, p.171)

Morin (2008) apresenta os seguintes métodos para a prática do pensamento complexo: a substituição do paradigma da disjunção e da unidimensionalização pelo paradigma da distinção e da conjunção, o qual distingue os elementos sem separá-los; a eliminação do sistema parcial e unilateral; e a consciência de que não existe universo simples, mas apenas simplificações de objetos através de sua extração do conteúdo complexo. “A retotalização do saber proposta pela problemática ambiental é mais do que a soma e a articulação dos paradigmas científicos existentes; implica a transformação de seus conhecimentos para internalizar o saber ambiental emergente” (LEFF, 2001, p.148).

Assim, somente o pensamento complexo pode reorganizar os saberes de maneira global, possibilitando, dessa maneira, compreensão generalizada dos fenômenos naturais. Leff (2001) denomina tal processo “ecologização do conhecimento” (p.149). Segundo Morin (2000), todos temos a mesma origem, a Terra, e esta é a nossa comunidade. Por isso, precisamos pensar nossas ações para além de quaisquer limites culturais e da ideologia da especialização, que isola nossa sabedoria.

Através da contextualização, o Jornalismo Ambiental aborda a complexidade das relações observadas entre seres vivos. O pensamento complexo, então, auxilia na compreensão do evento como um todo, em lugar de isolar as partes e desvincular seu funcionamento do sistema em que se insere. A seguir, veremos como o Jornalismo incorporou-se à discussão sobre a sustentabilidade e como pode, atualmente, seguir os princípios da complexidade em sua prática diária.

### *2.2.2 A emergência do pensamento sustentável e os desafios da cobertura ambiental*

A questão ambiental começou a ser debatida na segunda metade do século XX. Naquele momento, o mundo percebeu que as matérias-primas retiradas da natureza para utilização na intensa e crescente atividade industrial não poderiam ser recompostas.

O primeiro avanço nas discussões sobre a preservação da natureza ocorreu com a criação do Clube de Roma, em 1968, “[...] que congregou especialistas de diversas áreas do conhecimento com a finalidade de interpretar, sob uma perspectiva ecológica, o que chamavam de sistema global” (BAUMONT; GIRARDI; PEDROSO, 2008, p.192). Segundo Girardi, Massierer e Schwaab (2006, p.5), o Clube de Roma foi apenas um primeiro passo, pois, em sua produção, “[...] o enfoque é voltado apenas para a natureza e não fala dos países

em desenvolvimento, por acreditar-se que esse processo devia interromper um crescimento que ainda não se iniciou”.

O discurso da sustentabilidade intensificou-se a partir de 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (NOVAES, 2005). Na ocasião, o desafio era elaborar um conceito de desenvolvimento que definisse até que ponto o mundo poderia crescer. Em 1984, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, após três anos de estudos e produção, os pesquisadores do grupo – liderados pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Brundtland – lançaram o relatório *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*. Para Leff (2001, p.19), o texto

[...] reconhece as disparidades entre as nações e a forma como se acentuam com a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo. Busca entretanto um terreno comum onde propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais [...].

Para o autor (*op. cit.*), o relatório foi pioneiro em abordar a sustentabilidade sob a ótica da estratégia política. Para Novaes (2005), uma das grandes contribuições de *Nosso Futuro Comum* foi o reconhecimento de que os recursos do planeta são finitos. Já nos anos 90, de acordo com Trigueiro (2005), editoriais e suplementos sobre economia ascenderam a partir da realização, no Rio de Janeiro, em 1992, da Eco-92, evento que deu origem à Agenda 21. Novaes (2005, p.323) define o documento como

[...] um processo de participação em que a sociedade, os governos, os setores econômicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva.

A Agenda 21, aprovada pelos chefes de Estado presentes na Conferência, pretendia guiar o mundo à prática do desenvolvimento sustentável. No Brasil, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) criou a Agenda 21 brasileira através de diagnósticos das seguintes áreas: gestão de recursos naturais; agricultura sustentável; cidades sustentáveis; redução das desigualdades sociais; infraestrutura e integração regional; e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável (NOVAES, 2005). Dessa forma, o texto explicita conflitos entre o crescimento econômico e a preservação ecológica (*ibid*).

De acordo com Trigueiro (2005), houve uma derrocada da cobertura ambiental pela imprensa após a Eco-92, devido ao processo de *impeachment* por que passou o então presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, no mesmo ano.

Passada a febre da conferência [...], sobreveio um período de decantação, no qual os assuntos de meio ambiente voltaram a ser cobertos predominantemente pelas editoriais de ciências. Isso não deve ser entendido como retrocesso [...]. Desde então, uma nova geração de jornalistas encontrou um mercado mais arejado e menos preconceituoso em relação aos assuntos ambientais [...]. (TRIGUEIRO, 2005, p.293)

Hoje, no entanto, prossegue Trigueiro (2005), as empresas ainda não se preocupam com a qualificação de profissionais que cubram essas questões com destreza. Segundo o autor, a partir de 1997, a discussão ambiental intensificou-se novamente após a assinatura do Protocolo de Quioto, no qual as nações se comprometem a diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Contudo, a cobertura jornalística atual continua rasa e não esclarece suficientemente o público.

Para Leff (2001), o modelo neoliberal mascara os problemas ambientais ao relacionar o crescimento econômico com a sustentabilidade: “[...] a fatalidade de nosso tempo se expressa na negação das causas da crise socioambiental e nessa obsessão pelo crescimento que se manifesta na ultrapassagem dos fins da racionalidade econômica” (LEFF, 2001, p.23). Diante desse quadro, Trigueiro (2005, p.294) afirma que “[...] um dos maiores desafios dos jornalistas interessados nos assuntos ambientais é dar visibilidade na grande mídia aos diagnósticos que apontam os atuais meios de produção e de consumo como os grandes vilões ambientais da atualidade”.

O conceito de preservação consolidado pelos grandes produtores e pelo mercado consumidor confunde o cidadão. O jornalista, portanto, precisa ter atenção redobrada durante a cobertura das questões ambientais, deve conhecer as diretrizes do pensamento complexo para entender a composição da sociedade e questionar aqueles que ameaçam o equilíbrio do planeta por meio de uma visão simplista e do foco no ganho particular.

### 2.2.3 *Por um jornalismo mais comprometido com a vida*

Restringir um assunto apenas à determinada editoria, limitar a consulta de informações apenas às fontes primárias, não considerar o contexto do acontecimento são alguns dos principais equívocos que podemos observar na produção noticiosa e que exemplificam a problemática da ausência do pensamento complexo na atividade jornalística.

Segundo Bueno (2004), a grande mídia é a instituição que trata a informação ambiental com mais descaso. Tal atitude decorre do interesse dos monopólios de comunicação em obter bom desempenho comercial. Para isso, eles veiculam as notícias de temática ambiental apenas dando voz aos representantes de grandes conglomerados e criminalizando os movimentos sociais. Trigueiro ressalta que “[...] um dos maiores desafios dos jornalistas interessados nos assuntos ambientais é dar visibilidade na grande mídia aos diagnósticos que apontam os atuais meios de produção e de consumo como os grandes vilões ambientais da atualidade” (2005, p.295-295) Porém, “[...] diante da crise ecológica, a imprensa [...] precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar” (BELMONTE, 2004, p.35), pois, de acordo com Loose (2008), a prática do Jornalismo Ambiental compreende a utilização da visão sistêmica e a promoção da cidadania.

Para Girardi, Massierer e Schwaab (2006), o jornalismo deve existir para o bem do público. Dessa maneira, as notícias ambientais, que são de interesses de todos os habitantes do planeta, devem envolver a sociedade em reflexão sobre os efeitos de práticas não sustentáveis, afirmam os autores (*op. cit.*). Baumont, Girardi e Pedroso (2008) ressaltam que o Jornalismo Ambiental permite a participação do povo sobre fatos essenciais para o futuro da vida na Terra. Para que haja compreensão do acontecimento narrado, lembram as autoras, a abordagem ecológica deve fazer parte da pauta diária e deve envolver o público na discussão.

Para Girardi *et al* (2010), o Jornalismo Ambiental precisa confrontar a sociedade constantemente e não apenas abordar a questão ecológica durante a cobertura de catástrofes e acidentes. Trigueiro (2005) lembra que, frequentemente, se comenta a questão ambiental como se esta compreendesse apenas fauna e flora. O autor observa que a mídia, assim como muitos outros campos de produção de conhecimento, ainda não trabalha para superar essa ideia. A sociedade já deveria estar caminhando para a reversão dos efeitos de um pensamento cartesiano e mecanicista, que reduz e segmenta, e a abordagem ambiental mostra-se eficiente para que iniciemos a reconstrução da estrutura produtiva planetária.

No mundo moderno, em que o conhecimento encontra-se fragmentado, compartimentado em áreas que muitas vezes não se comunicam, a discussão ambiental resgata o sentido holístico, o caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento, e nos induz a uma leitura da realidade onde tudo está conectado, interligado, relacionado. (TRIGUEIRO, 2005, p.288)

O Jornalismo Ambiental, por estar centrado no pensamento sistêmico, revoluciona o fazer jornalístico ao propor reflexão constante sobre a relação da humanidade com sua casa, a Terra, e impelir o público a participar da construção de um planeta sustentável. Dessa forma,

[...] embora existam casos em que ele é tido como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, entendemos que o Jornalismo Ambiental extrapola a ideia de ser e fazer um jornalismo tradicional centrado nos assuntos do meio ambiente. (GIRARDI ET AL, 2010, p.4)

Nesse caso, a missão do jornalista ambiental é desafiadora

[...] na medida em que precisa entender da complexidade e amplitude das temáticas ambientais e transcrevê-las para os públicos de maneira simples sem comprometer a essência da informação, em espaços cada vez mais reduzidos, em velocidades cada vez maiores [...] (LOOSE, 2008, p.293).

Entre as barreiras citadas por Loose (2008) para a produção de notícias com temática ambiental, estão a falta de visibilidade na mídia e a ameaça de interesses de organizações que sustentam as empresas jornalísticas: “Expor os problemas ambientais implica revelar os responsáveis e, às vezes, tais responsáveis são justamente quem mantém as empresas jornalísticas” (LOOSE, 2008, p.293). Trigueiro (2005) lembra que a publicidade, uma das principais atividades responsáveis por propagar a cultura consumista que exaure os bens naturais não renováveis, é também financiadora dos veículos de comunicação. O jornalista, portanto, deve estar atento a possíveis conflitos entre imposições corporativas e interesse público. Bueno (2008) enfatiza que o Jornalismo Ambiental, como prática jornalística, deve defender o interesse público e não deve ser confundido com o “marketing verde” (p.166), ação que dá ao produto ou serviço uma imagem ecologicamente correta mesmo que a empresa produtora não aja em defesa da sustentabilidade.

Segundo Baumont, Girardi e Pedroso (2008, p.196), “[...] as questões empresariais e de mercado que envolvem a produção jornalística não devem servir de explicação ao superficialismo ou à fuga de certos temas de relevância pública. Seu primeiro compromisso é com os cidadãos”. Loose (2008) complementa que, devido à responsabilidade pela conscientização social, o jornalista ambiental deve atualizar-se constantemente e manter cuidado com as intenções das fontes, pois a corrida pelo ‘furo’ faz parte da cultura profissional. “No entanto, não se pode deixar o público desprovido de informação

contextualizada e sob diferentes pontos de vista por causa desse interesse privado” (LOOSE, 2008, p.299).

Dessa maneira, o Jornalismo Ambiental, de acordo com Bueno (2008), precisa demonstrar pluralismo através da articulação de múltiplos saberes, e as fontes consultadas nesse processo devem compartilhar conhecimento. Para Baumont, Girardi e Pedroso (2008) a importância do Jornalismo Ambiental reside justamente na sua competência em contextualizar as informações e relacionar eventos, pois “[...] apenas apontamentos isolados conduzem ao esquecimento da interdependência entre os fatos, os atores sociais, os seres vivos” (2008, p.190).

O Jornalismo Ambiental anseia por um conceito, que extrapole o do “jornalismo científico” tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), que não se confunda, em nenhuma hipótese com o “jornalismo econômico” (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador, da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie no “jornalismo cultural”, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites (BUENO, 2008, p.166-167).

De acordo com Bueno (*op. cit.*), o Jornalismo Ambiental não é isento, pois quer formar militância em prol da vida. Ele “quebra o dogma da imparcialidade [...] ao tomar partido em favor [...] de tudo aquilo que remeta à idéia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, em que o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos” (TRIGUEIRO, 2005, p.300). Portanto, devido a tal posicionamento, participa de jogo de interesses. O profissional que trabalha com a temática não deve se submeter a pressões de governos, empresas ou institutos de pesquisa, uma vez que o Jornalismo Ambiental tem compromisso com o desenvolvimento da consciência de preservação dos bens naturais e com o respeito à vida.

O jornalismo pode e deve aliar-se à educação ambiental, sem esquecer suas demais responsabilidades sociais. O jornalismo precisa falar de uma realidade que vai além do universo pessoal do leitor, a realidade que envolve seu cotidiano e sobre a qual ele não pensa constantemente [...]. O jornalismo precisa aproximar questões complexas do leitor disponibilizando subsídios para que entenda seu próprio contexto (BAUMONT; GIRARDI; PEDROSO, 2008, p.206-207).

Devido a tais incumbências, Loose (2008) propõe critérios de noticiabilidade diferenciados para o Jornalismo Ambiental. Os métodos de seleção não devem se sobrepor à

responsabilidade do profissional em abordar o tema através da complexidade que o envolve. “A universalidade dos temas ambientais somada à sua importância e permanente desdobramento fazem com que o meio ambiente enquadre diversos valores-notícia na sua transformação de fato para notícia” (LOOSE, 2008, p.297-298).

Para Loose, o enquadramento resultante de processos de seleção e edição das informações faz com que as notícias ambientais reflitam “[...] a força da dominação simbólica tida pelos detentores do poder econômico e político” (2008, p.299). A autora sugere modificações nos valores-notícia utilizados no Jornalismo Ambiental, pois os veículos ainda abordam a temática científica como se esta não fizesse parte do cotidiano do público. Bueno defende que o Jornalismo Ambiental deve construir seu próprio *ethos*, pois está diretamente “[...] comprometido com a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania” (2008, p.167).

A imprensa brasileira e mundial ainda não despertou para o jornalismo ambiental. Uma cobertura recorrente, aprofundada e multifacetada praticamente inexistente. Há poucas exceções, e elas em geral aparecem em cadernos especiais de jornais ou em reportagens de revistas especializadas (GERAQUE, 2004, p.93).

Para Baumont, Girardi e Pedroso (2008), a abordagem de temas ambientais deve estabelecer conexões entre fenômenos, analisar efeitos a longo prazo, explicar dados quantitativos, discutir causas socioeconômicas dos problemas mencionados e destacar a importância do meio ambiente para todas as formas de vida. Trigueiro (2005) propõe que o jornalismo também deve se comprometer com objetivos como os da Organização das Nações Unidas (ONU), que defende mundialmente a preservação da vida – a mídia, portanto, conscientizaria a população sobre os efeitos dos problemas ambientais observados por toda a Terra, como mudanças climáticas, poluição, desmatamento, extinção de espécies, descarte incorreto do lixo, desertificação, escassez de água, dentre outros tantos.

Sousa (2008) destaca que o Jornalismo Ambiental ainda é suscetível ao comportamento das fontes oficiais e defende que a independência do jornalista deve estar acima de quaisquer interesses dos atores sociais. Em Girardi *et al* (2010, p.7), “[...] a qualidade da mediação entre as fontes e o público está relacionada ao grau de questionamento, argumentação e exploração das obviedades e consensos estabelecidos”. O jornalista ambiental, então, deve desenvolver conhecimento prévio sobre a temática para que não se torne um mero propagador de anseios e ideias dos seus entrevistados.



Segundo Bueno (2008), constituem o jornalismo as funções informativa (que atualiza os cidadãos), pedagógica (explicita causas e soluções) e política (mobiliza cidadãos e vigia o poder). Porém, de acordo com Loose (2008), o Jornalismo Ambiental só contribui para a educação quando não fragmenta a realidade. “Ao falarmos de meio ambiente, a compreensão holística do contexto onde vivemos deve ser o critério elementar da informação” (LOOSE, 2008, p.297). Para Trigueiro (2005), o jornalismo deve fugir do didatismo extremo, que recorre a expressões muito informais. Por outro lado, destaca o autor, o emprego de expressões científicas utilizadas apenas em âmbito acadêmico não deve permear o texto noticioso, pois afastam o leitor leigo – justamente aquele que tem mais interesse em aprender sobre o assunto.

Girardi e Schwaab (2008) concordam que a abordagem das questões ambientais deve ser valorizada, pois a prática do Jornalismo Ambiental representa incentivo às mudanças sociais. “De facto, a comunicação social, além de contribuir para a intensificação das preocupações públicas com o ambiente, faculta a aquisição de conhecimentos e saberes ambientais”<sup>9</sup>] (SOUSA, 2008, p.82). Geraque (2004) ressalta que a biodiversidade constitui interesse público. Por esse motivo, as ameaças ambientais devem ser largamente noticiadas. Segundo Bueno (2004, *on-line*), podemos observar a capacidade de transformação da realidade através do Jornalismo Ambiental em novas ferramentas de comunicação:

A migração das novas gerações para a Internet, o fortalecimento das rádios comunitárias e o surgimento de vigorosos jornais locais; a ampliação do debate nas escolas de jornalismo, o aumento da consciência dos consumidores, a competência das ONGs e a inevitável necessidade de compatibilizar desenvolvimento e respeito ao meio ambiente farão surgir alternativas novas para o jornalismo ambiental.

Para Baumont, Girardi e Pedroso (2008), o Jornalismo Ambiental precisa objetivar a mudança coletiva de comportamento, dar voz aos atores sociais e questionar o poder público sobre sua contribuição para a constituição de uma sociedade sustentável: “[...] resgatar a sabedoria de povos que sabiam integrar-se à natureza, destruir preconceitos e promover a solidariedade e os direitos de cidadania são urgências do jornalismo” (2008, p.208).

Portanto, somente um jornalismo comprometido com a causa ambiental é capaz de compreender a necessidade de preservação de recursos naturais e de respeito aos seres vivos na manutenção do equilíbrio do planeta. E somente a mobilização dos meios de comunicação em prol de tal causa possibilita a difusão de informações sobre a importância da

---

<sup>9</sup> Grafia inalterada.

sustentabilidade para que os seres humanos vivam em harmonia com os demais elementos que a eles se associam a fim de que a teia da vida se constitua.

### 2.3 Código Florestal Brasileiro: o papel do jornalismo na contextualização das informações ambientais

A mudança no Código Florestal voltou à pauta na imprensa a partir dos deslizamentos de terra que mataram mais de 800 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro, no início de 2011<sup>[10]</sup>. A maior parte das vítimas vivia em ocupações irregulares, dentro de áreas de preservação permanente (APPs). O Código Florestal instituído em 15 de setembro de 1965<sup>[11]</sup> pelo então Presidente da República, o Militar Humberto Castello Branco, define APP como “área protegida [...], coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. De acordo com Santos, as APPs

São as áreas localizadas especialmente nas imediações das nascentes e cursos d’água, as lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais, os topos de montanhas e serras, as encostas com acentuado, as restingas na faixa litorânea, as vegetações localizadas em altitudes superiores a 1.800 metros e as vegetações localizadas em determinadas áreas urbanas, assim definidas por lei específica. (SANTOS, s/d, *on-line*)<sup>[12]</sup>

O debate, hoje, vai além das APPs. Apesar de que um dos principais pontos da reformulação do projeto seja a diminuição dessas áreas<sup>[13]</sup>, as preocupações perpassam toda a sorte de atividades econômicas capazes de colocar em risco biomas e espécies. Para Silva,

<sup>10</sup> COSTA, Hanna. Código Florestal volta ao debate depois da tragédia no Rio. **TV Câmara**, Brasília, 25 jan. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/CAMARA-HOJE/192900-CODIGO-FLORESTAL-VOLTA-AO-DEBATE-DEPOIS-DA-TRAGEDIA-NO-RIO.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 15 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>12</sup> SANTOS, José Francisco Rezende dos. **Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal**. Disponível em

<[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/areas\\_de\\_preservacao\\_permanente\\_e\\_areas\\_de\\_reserva\\_legal.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/areas_de_preservacao_permanente_e_areas_de_reserva_legal.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>13</sup> O novo Código Florestal prevê a regularização de atividades de cultivo e turismo já consolidadas em APPs. In: SENADO FEDERAL. **Código Florestal Brasileiro**: principais diferenças entre a legislação atual e o texto aprovado na Câmara. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/infograficos/principais-diferencas-entre-a-legislacao-atual-e-o-texto-aprovado-na-camara>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

[...] a discussão sobre a necessidade de proteção das florestas, e de formações sucessoras do nosso país, tomou força a partir da constatação de ameaça ou do avançado estágio de degradação de diversos ecossistemas nacionais. A expansão de atividades voltadas à agricultura, à pecuária e à mineração, além de crescimento de centros urbanos e da ampliação das rodovias, gerou enormes desmatamentos, e outros impactos ambientais decorrentes da exploração de espécies da fauna e da flora. (2010, p.23)

Desmatamentos, queimadas, destruição de matas ciliares e poluição causam erosões, deslizamentos de terra, contaminação do solo e de espécies (a começar pela humana), dentre muitos outros danos tanto para o ambiente quanto diretamente para os seres vivos. Devido às consequências de ações de degradação do meio ambiente, a sociedade mobiliza-se pela defesa da vida.

### 3.3.1 Histórico do Código Florestal

O primeiro Código Florestal do País foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934<sup>[14]</sup>, durante o governo de Getúlio Vargas, em um período de intensificação das atividades urbanas no Brasil. A legislação visava à conservação de elementos naturais como as florestas remanescentes, que constituem parques pertencentes ao poder público, e as florestas protetoras, que abrigam espécies nativas, fixam dunas e determinam cursos de água.

[...] há de se notar que na década de 1930, parte significativa das terras rurais ainda eram públicas, mas em rápido e descontrolado processo de privatização. O que o CF de 1934 fez foi estabelecer regras e limitações a serem seguidas pelos novos proprietários de terras outrora devolutas, que em troca de recebê-las do Estado deveriam cuidá-la com um mínimo de zelo, seja produzindo riquezas ou preservando sua capacidade de produzir o que hoje chamamos de serviços ambientais<sup>[15]</sup>.

Ainda segundo o documento, proprietários não podem diminuir mais de três quartos da vegetação existente em seu imóvel. Esse é o primeiro indício do estabelecimento das reservas legais, áreas localizadas no interior de propriedades ou posses particulares – excetuadas aquelas de preservação permanente –, mas que não podem ser alteradas devido à necessidade de preservação e reabilitação dos recursos naturais, de manutenção da sustentabilidade e de conservação da biodiversidade (SILVA, 2010, p.24).

<sup>14</sup> BRASIL. Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 23 jan. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>15</sup> SOS FLORESTAS. **O que está em jogo**. Disponível em: <<http://www.sosflorestas.com.br/historico.php>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

A reformulação da legislação em 1965, além de identificar áreas de preservação permanente no campo e nas cidades e estabelecer limitações do uso de solo e florestas,

[...] determinou que 50% da vegetação de cada propriedade na Amazônia deveriam ser preservadas. Nas demais regiões do país, o exigido era 20%. Os proprietários que eventualmente já tivessem derrubado além dessa porcentagem teriam de se responsabilizar pela recomposição da área.<sup>[16]</sup>

A Lei de Crimes Ambientais (9.605) foi incorporada ao Código Florestal em 1998, “[...] transformando diversas infrações administrativas em crimes. A mudança permitiu que os órgãos de fiscalização ambiental pudessem aplicar pesadas multas aos infratores”<sup>[17]</sup>. Em 1999, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória (MP) 1.511, que aumentou a exigência de reserva legal em propriedades na Amazônia para 80%, embora tenha diminuído de 50% para 35% nas áreas de Cerrado na Amazônia Legal. O pior revés para os esforços de conservação do meio ambiente, porém, ocorreu em 1999. Naquele ano, o Deputado Federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO) propôs a revogação do Código Florestal através do Projeto de Lei nº 1.876, de 1999<sup>[18]</sup>, relatado pelo Deputado Federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) em comissão mista do Congresso. Entre as alterações propostas no documento, estavam a diminuição da Amazônia Legal de 80% para 50% e a não exigência de concessão para atividades extrativistas de pequeno porte<sup>[19]</sup>. Em 2001, a Comissão Nacional do Meio Ambiente<sup>[20]</sup> aprovou a Medida Provisória nº 2166-67, para alteração de cinco artigos do código de 1965<sup>[21]</sup>. O texto, que vigora até a presente data, estabeleceu as seguintes

<sup>16</sup> SOS FLORESTAS. **Código Florestal**. Disponível em:

<[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Hortalicas/26RO/cartilhaCF.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Hortalicas/26RO/cartilhaCF.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>17</sup> SOUZA, Murilo. Histórico do Código Florestal. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 14 mar. 2011.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/194355-HISTORICO-DO-CODIGO-FLORESTAL.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

<sup>18</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projetos de Leis e outras proposições. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17338>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>19</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.876, de 1999. Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências. **Projetos de Leis e Outras Proposições**, Brasília, DF, 19 out. 1999. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/MostraIntegralImagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=1876&intAnoProp=1999&intParteProp=1>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>20</sup> Órgão instituído em 1981, é composto por ministro do Meio Ambiente e representantes de demais ministérios, de organizações como IBAMA e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de comandos militares, do Ministério Público Federal, de entidades empresariais, de governos estaduais e municipais, de trabalhadores da área rural, de profissionais da área ambiental e do saneamento, de forças trabalhistas, de comunidades indígenas e de entidades ambientalistas de todo o País, entre outros. In: CONAMA. **O que é o Conama**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>21</sup> BRASIL. Medida provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Altera artigos do Código Florestal de 15 de setembro de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24

porcentagens de reserva legal: 80% para propriedade na Amazônia Legal, 35% em área de Cerrado localizada na Amazônia Legal, 20% em área de floresta ou de outras formas de vegetação nativa nas demais regiões do Brasil. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados arquivou a votação de um novo Código Florestal em 2003.

A partir de 2009, a bancada ruralista voltou a se reunir no Congresso a fim de elaborar novas proposições para o Código Florestal. Em 2011, o assunto voltou à pauta devido à proposta apresentada pelo Deputado Federal Aldo Rebelo (PC do B-SP).

### 3.3.2 *Propostas de alteração da legislação*

O substitutivo ao PL 1876/99, apresentado pelo Relator Aldo Rebelo em março de 2011, previa redução de todas as áreas de preservação permanente (em 50%) e de áreas de proteção em margens de cursos d'água de até cinco metros de largura (de 30 para 15 metros).<sup>[22]</sup> Segundo o parlamentar, a proposta condizia com as reivindicações de trabalhadores rurais. O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2011 e encaminhado ao Senado contava com as seguintes determinações: manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural nas áreas de preservação permanente em que o desmatamento ocorreu até 22 de julho de 2008,<sup>[23]</sup> permissão para utilizar APPs no cálculo da área de reserva legal, atribuição de poder ao governo estadual através da possibilidade de redução da reserva legal em virtude da regularização de áreas rurais consolidadas.<sup>[24]</sup>

Já o texto aprovado pelo Senado Federal em 06 de dezembro de 2011, substitutivo dos senadores Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC) ao projeto de Aldo Rebelo,<sup>[25]</sup> foi elaborado de acordo com as diretrizes do Governo, que desejava conciliar reivindicações de ambientalistas e ruralistas. No entanto, a matéria provocou discórdia por fazer mais

---

ago. 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=368>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>22</sup> NEVES, Maria. Relator quer reduzir área de proteção em matas ciliares. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/194426-RELATOR-QUER-REDUZIR-AREA-DE-PROTECAO-EM-MATAS-CILIARES.html>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>23</sup> PIOVESAN, Eduardo. Texto mantém índices de reserva legal, mas térmita usar APPs no cálculo. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/197559-TEXTO-MANTEM-INDICES-DE-RESERVA-LEGAL,-MAS-PERMITE-USAR-APPS-NO-CALCULO.html>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>24</sup> PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova mudança em regras sobre APPs no texto do Código Florestal. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/197553-CAMARA-APROVA-MUDANCA-EM-REGRAS-SOBRE-APPS-NO-TEXT-DO-CODIGO-FLORESTAL.html>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>25</sup> NOVO Código Florestal é aprovado e volta à Câmara dos Deputados. **Agência Senado**, Brasília, 7 dez. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/novo-codigo-florestal-e-aprovado-e-volta-a-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 2 maio 2012.

concessões do que os defensores da preservação ambiental gostariam e menos do que os produtores rurais acham necessário para que as atividades agropecuárias façam uso das terras brasileiras de forma indiscriminada. Entre as principais propostas do projeto, estão as seguintes: permissão de cultivo em área protegida para atividades consideradas de interesse social, de utilidade pública ou de baixo impacto ambiental,<sup>[26]</sup> permissão para que desmatadores recuperem vegetação degradada em outra localidade, inclusive com uso de espécies exóticas, como o pinus,<sup>[27]</sup> e a regularização de áreas consolidadas em APPs e reservas legais até 22 de julho de 2008, o que pode ser considerado uma forma de anistia aos desmatadores.<sup>[28]</sup>

Após as modificações dos senadores, a votação do Código Florestal retornou à Câmara dos Deputados em 2012. O texto do Relator Paulo Piau (PMDB-MG) foi aprovado no dia 25 de abril e agradou instituições representantes da agroindústria,<sup>[29]</sup> como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), entidade presidida pela Senadora Kátia Abreu (PSD-TO).<sup>[30]</sup> No entanto, diversos órgãos rejeitaram a matéria. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro considerou o texto inconstitucional por violar o princípio de precaução ao desconsiderar regras de proteção ambiental já estabelecidas pela Constituição e ferir a autonomia de unidades da Federação por anistiar multas aplicadas nas esferas estadual e municipal.<sup>[31]</sup> Entre outras mudanças efetuadas na legislação, estão a retirada do percentual necessário de recuperação de APPs<sup>[32]</sup> e do compromisso brasileiro com a preservação da

---

<sup>26</sup> ALTAFIN, Iara. O projeto de reforma do Código Florestal em detalhes. **Agência Senado**, Brasília, 8 dez. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/o-projeto-de-reforma-do-codigo-florestal-em-detalhes>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>27</sup> SENADORES divergem sobre possível recuperação de áreas desmatadas. **Agência Senado**, Brasília, 7 dez. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/senadores-divergem-sobre-possivel-recuperacao-de-areas-desmatadas>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>28</sup> BARBA, Mariana. Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças. **BBC Brasil**, São Paulo, 6 dez. 2011. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111129\\_codigo\\_florestal\\_plenario\\_mdb.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111129_codigo_florestal_plenario_mdb.shtml)>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>29</sup> RELATORES do Código Florestal recebem homenagens na Agrishow. **G1**, Ribeirão Preto, 30 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2012/04/relatores-do-codigo-florestal-recebem-homenagens-na-agrishow.html>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>30</sup> PRESIDENTE da CNA é homenageada na abertura da Agrishow 2012. **Canal do Produtor**, Brasília, 2 maio 2012. Disponível em <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/presidente-da-cna-e-homenageada-na-abertura-da-agrishow-2012>>. Acesso em: 2 maio 2012.

<sup>31</sup> OAB-RJ aponta inconstitucionalidades no novo Código Florestal. **R7**, *on-line*, 7 de maio 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/oab-rj-aponta-inconstitucionalidades-no-novo-codigo-florestal-20120507.html>>. Acesso em: 8 maio 2012.

<sup>32</sup> CÂMARA discute Código Florestal; veja pontos polêmicos. Disponível em: **BBC Brasil**, *on-line*, 25 abr. 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/120425\\_codigo\\_florestal\\_novo.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/120425_codigo_florestal_novo.shtml)>. Acesso em: 8 maio 2012.

biodiversidade e dos recursos naturais.<sup>[33]</sup> No dia 25 de maio de 2012, a Presidente Dilma Rousseff anunciou veto a 12 artigos e modificação de 32 pontos do texto.<sup>[34]</sup> A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, justificou que a posição do Governo visava a evitar a anistia a desmatadores, beneficiar o pequeno produtor e manter a segurança jurídica dos proprietários.

Na Medida Provisória publicada no Diário Oficial, em 28 de maio de 2012, os vetos são detalhados: o Governo adiciona texto que detalha a finalidade do Código Florestal e que havia sido retirado na votação do relatório na Câmara dos Deputados; define mangues como APPs; reestabelece os conceitos de área abandonada e de áreas úmidas; retira artigo que permite a planos diretores regionais a delimitação de faixas de passagem de inundação em áreas urbanas; limita a prática do pousio (interrupção de atividades para recuperação do solo) a no máximo cinco anos; e desautoriza os órgãos municipais a decidirem sobre a supressão da vegetação nativa. A Presidente também vetou artigos que autorizavam a continuidade de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em APPs consolidadas até 22 de julho de 2008, exigindo dos empreendedores de obras potencialmente danosas ao meio ambiente uma proposta de diretrizes de ocupação do imóvel. Ainda foi reposto artigo que responsabiliza empreendedores de serviços de abastecimento de água e energia por investimentos na conservação de APPs existentes nos locais explorados.<sup>[35]</sup>

No entanto, ainda há discordâncias quanto ao texto que o Governo considera ideal. Ruralistas, por exemplo, criticam a possibilidade de recuperação de APPs de até quatro módulos fiscais com espécies exóticas e defendem que o Governo deveria fornecer incentivos econômicos para a recomposição das APPs.<sup>[36]</sup> Para os grupos de defesa do meio ambiente, o único avanço em relação à lei de 1965 foi a inclusão do cadastro ambiental rural, que permitirá ao poder público monitorar as atividades em propriedades cadastradas via satélite. Enquanto isso, a bancada ruralista já se mobiliza contra o que consideram “abuso de poder”

---

<sup>33</sup> PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base do novo Código Florestal. **G1**, Brasília, 25 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/camara-aprova-texto-mais-ruralista-para-novo-codigo-florestal.html>>. Acesso em: 8 maio 2012.

<sup>34</sup> COSTA, Fabiano; MENDES, Priscilla. Dilma faz 12 vetos e 32 modificações ao novo Código Florestal. **G1**, Brasília, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/presidente-dilma-vetou-12-artigos-do-novo-codigo-florestal.html>>. Acesso em: 30 maio 2012.

<sup>35</sup> RICHARD, IVAN. Código Florestal: conheça os vetos da presidenta Dilma Rousseff. **Agência Brasil**, Brasília, 28 maio 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-28/codigo-florestal-conheca-os-vetos-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em: 30 maio 2012.

<sup>36</sup> ONGS: veto ao Código Florestal abre brechas para crimes ambientais. **Jornal do Brasil**, *on-line*, 28 maio 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/05/28/ongs-veto-ao-codigo-florestal-abre-brechas-para-crimes-ambientais/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

por parte da presidente Dilma.<sup>[37]</sup> Os representantes do agronegócio reprovam, sobretudo, o sistema de escalonamento, que define a recuperação das APPs em margens de rios de forma proporcional ao tamanho da propriedade, ou seja, quanto maior a extensão das terras de um produtor, maior a área a ser recuperada.<sup>[38]</sup>

Em junho de 2012, a Câmara apresentou 696 emendas à MP do Governo<sup>[39]</sup>. Nas semanas seguintes, uma comissão mista do Congresso emitirá parecer sobre a MP. O relatório seguirá para votação em plenário no Senado e na Câmara<sup>[40]</sup>.

É importante termos consciência da evolução da legislação nacional para entendermos a crítica que a cobertura jornalística precisa desenvolver a respeito da conduta dos governantes e da sociedade civil frente à preservação ambiental. Como vimos neste capítulo, o fato de a questão ecológica abranger todos os níveis da vida humana, que está intrinsecamente atrelada às demais formas de vida, deve ser exposto pelos meios de comunicação no momento em que os representantes do povo posicionam-se em defesa da economia baseada na exploração e na destruição dos bens naturais, pois esses garantem a existência de todos os organismos da Terra.

---

<sup>37</sup> MACEDO, Danilo. Ruralistas elaboram 50 emendas à MP que altera Código Florestal. **Agência Brasil**, Brasília, 29 maio 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-29/ruralistas-elaboram-50-emendas-mp-que-altera-codigo-florestal>>. Acesso em: 30 maio 2012.

<sup>38</sup> AMATO, Fabio; GASPARIN, Gabriela. Veto a tema polêmico do Código era previsto, dizem produtores. **G1**, Brasília, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/05/veto-tema-polemico-do-codigo-era-previsto-dizem-produtores.html>>. Acesso em: 30 maio 2012.

<sup>39</sup> RELATOR não acredita em grandes mudanças na MP do Código Florestal. **IG**, on-line, 8 jun. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-06-08/relator-nao-acredita-em-grandes-mudancas-mp-do-codigo-florestal.html>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

<sup>40</sup> LIMA, Paola. Mais de 620 emendas à MP do Código Florestal. **Agência Senado**, Brasília, 5 jun. 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/mais-de-620-emendas-a-mp-do-codigo-florestal>>. Acesso em: 8 jun. 2012.



### **3 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM PAUTA**

O senso comum responsabiliza o jornalista pela elaboração e pela apresentação das notícias no produto midiático por não imaginar todos os processos de seleção pelos quais o fato passa até se tornar a notícia que é divulgada dentro do espaço disponível no formato do veículo. No entanto, são diversos os fatores que influenciam a construção da narrativa jornalística. Na esteira dessa premissa, nosso trabalho destaca os critérios de noticiabilidade definidos pelos principais teóricos da comunicação, a fim de determinar o peso de cada fator que compõe a notícia, estabelecendo a forma final a ser apresentada ao público.

Mauro Wolf (1999) destaca a importância da rotina produtiva no trabalho de recolha, seleção e apresentação das informações. Gislene Silva (2005) vai além e reúne classificações de diversos atores, propondo sistematização dos critérios de noticiabilidade permeada pelos valores-notícia. Para a autora, o valor-notícia é a origem do fato; trata-se de um acontecimento isolado, dotado de características específicas, que são responsáveis pela atribuição de sua relevância. A classificação de Silva insere os valores-notícia não somente na seleção primária dos fatos a serem veiculados; eles se fazem presentes também no processo de tratamento da informação (no qual é realizada seleção hierárquica, levando-se em conta a estrutura de produção jornalística) e no posicionamento frente aos fatos (visão ética, filosófica e epistemológica sobre conceitos como verdade, objetividade, interesse público, etc.). Para Silva, portanto, o valor-notícia e a seleção de notícias são elementos indispensáveis para o processo da noticiabilidade, embora não suficientes. Os valores-notícia “participam ativamente da construção noticiosa, mas a produção da notícia e sua qualidade são resultado de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade” (SILVA, 2005, p.99).

Para Wolf (1999), a noticiabilidade está relacionada com a cultura organizacional e a profissional em que os jornalistas estão inseridos. Traquina (2004) declara que, como elo entre os governantes e a opinião pública, o exercício do jornalismo possui, em sua deontologia, valores como credibilidade, liberdade de imprensa, autonomia dos profissionais, verdade e objetividade, responsáveis pela definição de um código de conduta socialmente reconhecido e, portanto, esperado dos jornalistas. Franciscato frisa que os critérios de noticiabilidade são uma tentativa de sistematizar o reconhecimento da relevância de um fato: “A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade” (2002, p.2).

Nesse processo de definição dos elementos a serem noticiados, o enquadramento e o agendamento destacam-se como conceitos-chave para a caracterização final da notícia, de acordo com Miranda (2012). O enquadramento é originário de ferramentas da produção noticiosa. É provocado pela necessidade de organização dos fatos e promove avaliação moral. Ele orienta o modo de realização da cobertura e o entendimento do público, enquanto o agendamento – seleção relacionada aos assuntos em voga entre o público – apenas enfatiza os elementos que compõem tal notícia. O enquadramento, sobretudo, estabelece a escolha das fontes consultadas para a elaboração do produto jornalístico. Apesar de esses serem fatores relacionados a critérios relativos a diversas variáveis externas, são reconhecidos na coletividade da cultura profissional, pois refletem valores do campo jornalístico.

No campo de estudo sobre produtos jornalísticos específicos, os valores-notícia constituem também referências para a operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na seleção ou hierarquização de acontecimentos em diversos veículos da imprensa, e possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias. (SILVA, 2005, p.100)

No entanto, segundo Silva, esse reconhecimento dos elementos que caracterizam a notícia é afetado por ideologias. Ela destaca o conceito de mapa cultural de Stuart Hall<sup>41</sup> para os valores-notícia, segundo o qual a notícia é uma construção social. Isso significa que a seleção dos acontecimentos é igualmente afetada pelo contexto em que ela é produzida. Franciscato também realça que a formulação de critérios de noticiabilidade passa por duas premissas básicas: “[...] é possível encontrar no evento noticioso características estáveis e recorrentes que revelariam sua especificidade; esses critérios são, de alguma forma, manuseáveis pelos jornalistas em seu cotidiano profissional” (2002, p.1). Porém, o autor prossegue a descrição da problemática da noticiabilidade e lembra que, apesar de valores que historicamente perpassam a profissão, como objetividade e neutralidade, a atividade jornalística é também individual (e marcada pela subjetividade do autor) e gerada pelo diálogo com diversos interlocutores que possuem expectativas frente à produção noticiosa.

Dessa maneira, o jornalismo é constituído por um emaranhado de variáveis que o tornam um campo de permanentes tensões ideológicas, no qual as notícias não apenas refletem aspectos espaço-temporais, mas também constroem relações econômicas, políticas e sociais através de influências internas e externas à organização jornalística.

---

<sup>41</sup> Apud TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

### 3.1 Conflitos ideológicos de agentes do campo jornalístico

Embora a classe jornalística partilhe valores profissionais socialmente cultivados, observamos que os autores consultados ressaltam que todas as instâncias pelas quais as notícias são selecionadas influenciam o resultado final. Um dos elementos decisivos para a formatação definitiva da informação é o posicionamento da própria organização jornalística. Interesses mercadológicos de seus proprietários, rotinas de redação e estrutura de produção são diretamente responsáveis pela apresentação do noticiário.

Franciscato (2002) defende a notícia como fenômeno social. Ao elencar as características que historicamente permeiam a atividade da produção noticiosa, ele defende que há submissão da produção jornalística à subjetividade do autor, assim como aos valores partilhados em coletividade, como convivência e hierarquia profissional. A escolha dos acontecimentos a serem noticiados é permeada por sua relevância, e esta não é definida apenas por valores-notícia ou pelo posicionamento pessoal do jornalista, mas também pelo tratamento dos fatos na redação jornalística (SILVA, 2005). Para Traquina,

O desenvolvimento de um campo jornalístico autônomo tem como fator crucial a profissionalização das pessoas envolvidas na atividade jornalística em que são reivindicadas a autoridade e a legitimidade de exercer um monopólio sobre o poder de decidir a **noticiabilidade** dos acontecimentos e das problemáticas. Perder esse monopólio é pôr em causa a independência do jornalismo e a competência de seus profissionais (TRAQUINA, 2001, p.94-95, grifo do autor).

Portanto, abre-se o debate para a definição do papel de cada agente na constituição da informação noticiosa. Traquina (2004) aborda a notícia como construção social da realidade quando remete aos estudos construcionistas, divididos em duas escolas: a interacionista (que supõe a autoridade do jornalista e suas ações condicionadas pelas rotinas produtivas) e a estruturalista (que supõe o poder das fontes, muitas das quais denominadas definidores primários). Segundo os construcionistas, veículos constroem representações do acontecimento de acordo com sua ideologia e com a estrutura de sua rede noticiosa, e a escolha das fontes também é um elemento utilizado para o sucesso desse processo. Nesse caso, são utilizados certos critérios de definição dos entrevistados, como sua produtividade, credibilidade e autoridade. Por esse motivo, muitas vezes, recorre-se às fontes oficiais, tradicionalmente consideradas capacitadas por seu *status* (MIRANDA, 2002). O jornalismo, portanto, é uma atividade capaz de fortalecer o *status quo* vigente, mas que, segundo Traquina (2004), não deve deixar de atuar como contrapoder.

Traquina (*op. cit*) lembra que o acesso à mídia é um poder que define a relevância daquele que está referenciado no veículo, e as teorias estruturalista e interacionista consideram o papel político do jornalismo. Segundo o autor, o “quarto poder” que o jornalismo exerce não é fechado, ele pode ser usado estrategicamente pelos organismos sociais. Ao abordar a teoria estruturalista, o autor afirma que há relação estrutural entre os meios de comunicação e as suas fontes poderosas e que os veículos, embora não criem notícias, podem reproduzir os discursos das elites quando recorrem aos definidores primários, ou *primary definors*<sup>42</sup>. Há distorção da informação quando fontes periféricas não são consultadas (Wolf, 1999), ainda que isso faça parte das rotinas de produção que, segundo o autor, determinam o modo de reprodução da realidade de acordo com as limitações da organização jornalística.

Assim, a interação não existe somente na relação jornalista-fonte. Devemos considerar o contexto em que o fato ocorre e o contexto no qual ele é selecionado para que se transforme em notícia:

Para enquadrar um tema, o jornalista deve considerar critérios que são praticamente senso comum entre as redações dos diferentes veículos, mas que vão variar de acordo com a cultura em que determinado meio de comunicação está inserido, seu contexto histórico e geográfico (MIRANDA, 2012, p.57).

Em um primeiro momento, as notícias são influenciadas pela interação observada entre a comunidade jornalística e sua partilha de valores, de responsabilidades éticas e de linguagem específica de uma tribo profissional (Traquina, 2004). Em seguida, proprietários, leitores e imperativos econômicos, dentre outros, também fazem parte da rede de contatos cujas impressões e interesses refletem diretamente a produção jornalística. Miranda (2012) lembra que, entre os critérios que auxiliam o repórter na composição da narrativa, estão as lógicas de construção do texto e as políticas editoriais dos veículos. Para Girardi e Massierer (2008, p.3), “[...] a política, a economia e a tecnologia influenciam diretamente as rotinas produtivas das notícias, quer seja por meio de patrocínios e de anúncios ou do poder exercido por pessoas vinculadas a estes campos”. Wolf (1999), por exemplo, ao citar os estudos de *newsmaking*<sup>43</sup>, ressalta, além da cultura profissional, a importância da organização do

---

<sup>42</sup> Segundo Hall (1973), são fontes – principalmente institucionais – de referência para a pauta. São geralmente as primeiras a serem consultadas pelo jornalista e as que possuem maior destaque na informação noticiosa devido a elementos como credibilidade e autoridade. Ver Traquina (2004).

<sup>43</sup> Método de pesquisa em comunicação realizado através da observação participante em redações jornalísticas. Analisa fatores culturais que originam certas práticas de produção nos *mass media*, segundo Wolf (1999).

trabalho e dos processos produtivos observados na redação. Para o autor, são esses aspectos que definem a “factibilidade”, ou seja, a remoção do acontecimento de seu contexto para que seja recontextualizado no espaço do noticiário. Todavia, Wolf ressalta que a “ideologia da notícia” está vinculada ao histórico das empresas jornalísticas.

O polo ideológico define jornalismo como serviço público, mas o polo econômico, que o define como negócio, restringe a prática jornalística ao papel de mercadoria, lembra Traquina (2004). Isso pode ser explicado pela perspectiva do agendamento abordada por Sousa (2008, p.73), na qual “[...] a agenda mediática influencia a agenda pública e a agenda política”, o que aproxima o campo jornalístico de interesses específicos das diferentes forças que compõem a sociedade — as organizações entendem a capacidade dos *media* na influência da opinião pública. Como lembra Traquina (2001, p.195), “[...] a exposição repetida nos mídia noticiosos traz notoriedade, a qual é em si mesma uma comodidade que qualquer um pode transformar em contatos lucrativos”. Para o autor, a cultura de competitividade nos negócios, que preza a visibilidade de feitos particulares, influenciou inclusive a atuação das empresas de comunicação, cuja tendência tem sido a de “[...] maximizar os lucros e minimizar os custos” (2001, p. 194). E, como lembram Girardi e Massierer (2008, p,4),

[...] como as estruturas de produção jornalística estão condicionadas aos fatores econômicos, políticos e tecnológicos, a construção da notícia passa a ser, então, resultante de um processo complexo de captação da realidade e ressignificação influenciada pelas questões organizacionais, pelas rotinas de produção, pelos valores/notícia, pelas fontes e por critérios subjetivos. Esse processo de construção da realidade também é feito pelos jornalistas que não são considerados meros observadores passivos.

No entanto, Traquina (2004) salienta que as forças de outras instituições não permitem que os ideais nobres do jornalismo sejam ignorados. Segundo o autor, o importante não pode ser ofuscado pelo interessante, e o fator tempo não pode impedir a verificação da informação. Assim, por mais que o veículo de comunicação esteja à mercê daqueles que detêm o poder, ele é uma instituição social, com papel social específico, pois

[...] a instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (FRANCISCATO, 2002, p.3).

Dessa maneira, a imprensa livre deve estar a serviço da democracia, conforme afirma Traquina (2001). Como lembra Miranda, “[...] ainda é preciso um jornalismo que se preocupe não só em amplificar os fatos que são identificados como nós de tensão social, mas também em compreender as causas e talvez ir além dos discursos dominantes dos *primary definors*” (2012, p.43). O reducionismo que se coloca em prática no campo jornalístico devido ao “processo industrializado de construção das notícias” (GIRARDI; MASSIERER, 2008, p.5) deve ser abolido para que o jornalismo cumpra sua função primordial de defensor dos interesses da coletividade.

Um meio de comunicação, portanto, não constitui uma empresa tradicional; é, sim, uma organização com princípios compatíveis com as expectativas dos indivíduos diariamente informados por seus noticiários. E é para a sociedade que sua equipe de trabalho precisa se voltar: o trabalho de apuração jornalística, de seleção e de transmissão dos fatos deve ser pautado, sobretudo, pelo interesse público e pela consciência de que a imprensa, em sua missão de informar sobre a realidade e compartilhar conhecimento, é também responsável pelo fomento da cidadania.

### 3.2 Definição da natureza das notícias

Antes de abordarmos as classificações possíveis para os fatos e responsáveis por colocá-los ou retirá-los da pauta jornalística, precisamos refletir sobre o conceito de notícia e sobre os elementos que a transformam em um importante componente da prática cidadã.

Uma das primeiras teorias jornalísticas a definir uma lógica para o processo de seleção das informações midiáticas foi aquela conhecida como *gatekeeper*, transposta para os estudos de jornalismo por David Manning White (1950)<sup>[44]</sup>. Esse conceito, de acordo com Wolf (1999), refere-se a um filtro que seleciona as mensagens que entrarão e as que ficarão de fora do noticiário. Literalmente, a palavra refere-se a uma cancela que permite, ou não, a passagem de uma notícia. Porém, como frisa Traquina (2004), a teoria do *gatekeeper* ignora fatores externos por atribuir a constituição do produto jornalístico apenas ao seletor.

Mais atualmente, a partir da década de 80, as teorias construcionistas, já abordadas aqui anteriormente, passaram a considerar o contexto cultural de produção das notícias (Traquina, *op. cit.*). Para os construcionistas, o jornalismo não reflete a realidade, como

---

<sup>44</sup> Ver Wolf (1999). Segundo o autor, a seleção através do *gatekeeper* é resultado de um processo hierarquicamente ordenado e baseada em conjunto de valores.

pressupunha a Teoria do Espelho<sup>45</sup>], mas faz parte do processo de constituição dessa realidade. Tal teoria também estabelece que a linguagem não é transparente, nem neutra, e reconhece a autonomia dos jornalistas, pois eles seriam indivíduos ativos na construção da realidade. O autor também lembra que, segundo a teoria interacionista, as notícias são resultado de um processo de interação social. Segundo os estruturalistas, as notícias são produtos sociais resultantes de elementos como a organização burocrática dos meios de comunicação e a estrutura dos valores-notícia. Já a perspectiva culturalista da teoria estruturalista defende a existência de um mapa de significados compartilhados culturalmente que permite tornar o acontecimento inteligível para aquele contexto. Assim, o jornalismo é uma ferramenta que reflete valores comuns na sociedade (Traquina, 2004).

Traquina entende as notícias como “[...] o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto (as notícias)” (2001, p.94). Para Silva (2005), todas as etapas de constituição da notícia são permeadas pela seleção: desde a orientação primária dada pelos valores-notícia até as influências sociais e culturais de cada seletor, passando pela hierarquização do material noticioso.

Para Franciscato (2002), a definição de notícia ainda é imprecisa: o conceito é relativo, pois “[...] a notícia é resultante de uma combinação complexa de elementos díspares: sua forma e conteúdo final representam a convergência de vários processos sociais” (p.4). Porém, o autor lembra que muitos estudiosos arriscam a descrição da prática social do jornalista: explicar o processo de produção da informação noticiosa é compreender o contexto em que um fato bruto vira notícia.

Girardi e Massierer, em artigo sobre o papel da organização jornalística na produção de informações ambientais, também lembram que a notícia é construída em um contexto de dubiedade:

De um lado está a cultura profissional de prestar serviço à comunidade; de outro, as restrições ligadas à organização do trabalho, onde estão inclusas as convenções profissionais que determinam a definição, legitimam o processo de produção e contribuem para prevenir as críticas do público (2008, p.5).

---

<sup>45</sup> Teoria em voga entre o final do século XIX e o início do século XX segundo a qual a realidade determina diretamente as notícias. A atividade jornalística era considerada objetiva: o jornalista tinha a missão de transmitir a informação com a maior fidelidade possível aos fatos e não defendia interesses específicos. Ver Traquina (2004).

Portanto, dentre tantos fatores de influência, a escolha por um acontecimento noticiável que deva ser veiculado pelo produto jornalístico vem sendo permeada por uma série de critérios socialmente reconhecidos. Esse protocolo visa a classificar a relevância de cada informação a partir de orientações pragmáticas.

### *3.2.1 Atribuição de valores-notícia*

Culturalmente, o jornalismo estabeleceu uma série de requisitos que determinam o potencial noticioso de um fato. Apesar de sua influência no processo de produção jornalística ainda ser questionada pelos autores que abordam o tema, os valores-notícia influenciam toda a montagem do produto final.

Valores informativos, valores noticiosos ou valores-notícia referem-se, tradicionalmente, a qualidades intrínsecas de um acontecimento (Franciscato, 2002), fazendo parte dos elementos elencados pelos critérios de noticiabilidade para definir a relevância dos acontecimentos. Silva (2005) define os valores-notícia como a origem do fato, o acontecimento isolado, as características específicas e inerentes do acontecimento. São essenciais em uma seleção primária que orienta o restante do processo produtivo. Precisam, portanto, de padrões preexistentes, compartilhados pela comunidade jornalística, para serem reconhecidos e empregados na produção noticiosa. Por isso, segundo a autora, a relevância de um acontecimento é avaliada de forma frequentemente semelhante por diferentes meios de comunicação, pois, além do reconhecimento de qualidades, Silva vê nos valores-notícia sua utilidade como “[...] referências para a operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na seleção ou hierarquização de acontecimentos e diversos veículos da imprensa” (2005, p.100).

Para Wolf (1999), os valores-notícia fazem parte da seleção dos acontecimentos com potencial para serem noticiados. Silva (2005), no entanto, ressalta que a ação de seleção é intrínseca a todo processo de denominação dos critérios de noticiabilidade e não restrita somente às instâncias demarcadas pelos valores-notícia. Wolf estabelece que a seleção aparece substancialmente apenas na fase primária do processo de desenvolvimento da informação jornalística, embora, para o autor, os valores-notícia permeiem todos esses procedimentos de produção.

Os autores, porém, concordam que os valores-notícia são assim considerados devido a uma série de elementos capazes de definir a importância do acontecimento a que se referem e, conseqüentemente, suas qualidades noticiosas. Eles servem, portanto, para otimizar a rotina jornalística, uma vez que desejam “[...] atingir fins práticos de uma forma programada”



(WOLF, 1999, p.197). Entre as observações que o autor faz sobre a constituição dos valores-notícia, estão a de que são dinâmicos e, assim, dependem do momento histórico, a de que causam a organização da redação jornalística em setores temáticos, e que cada qual possui uma determinada relevância que define seu espaço no noticiário. Nesse contexto, o fator tempo, lembra Traquina (2001), é uma das principais causas da rotinização do trabalho jornalístico, e essa dependência impõe um padrão de cobertura no qual os procedimentos de seleção socialmente acordados entre os repórteres facilitam a redação da notícia. Ou seja, tais elementos imprimem ordem frente à imprevisibilidade.

Wolf (1999) completa abordando os pressupostos que originam as definições de valores-notícia em um veículo de comunicação, como as características referentes ao conteúdo das notícias, as características do produto e a possibilidade de realização, o público a quem o noticiário é destinado e a sua concorrência. Após essa fase primária de identificação das qualidades de um acontecimento, prosseguimos no estudo dos critérios de noticiabilidade, que englobam os valores-notícia e definem a apresentação final da informação jornalística no produto noticioso.

### *3.2.2 Seleção através dos critérios de noticiabilidade*

Os valores-notícia, como vimos, são apenas um dos aspectos que regem o permanente processo de seleção observado no produto jornalístico. Definidos por padrões culturais e compartilhados pela comunidade jornalística, eles são elementos fundamentais dos critérios de noticiabilidade, conjunto de características responsáveis por determinar a relevância do fato.

Wolf define a noticiabilidade como um rol de convenções profissionais que definem a relevância de cada fato, ou seja, a sua “[...] aptidão para ser transformado em notícia” (2009, p.189). Para Silva (2005, p.96), a noticiabilidade pode ser descrita como

[...] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas e econômicas.

Os critérios de noticiabilidade, portanto, são os atributos que os acontecimentos devem possuir para se transformarem em informação jornalística. Segundo Wolf (1999), o acontecimento não transformado em notícia é eliminado da rotina produtiva. Para Franciscato

(2002), o estudo dos critérios de noticiabilidade baseia-se no fato de ser possível “[...] encontrar no evento noticioso características estáveis e recorrentes que revelariam sua especificidade; esses critérios são, de alguma forma, manuseáveis por jornalistas no seu cotidiano pessoal, servindo concretamente como técnica ou recurso de trabalho” (p.1).

Wolf complementa o conceito ao lembrar que

[...] a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem existência pública de notícias (1999, p.190).

Segundo o autor, portanto, trata-se de uma prática constituída por uma cultura organizacional e profissional que padroniza técnicas a fim de oferecer mais rendimento à atividade jornalística. Wolf (1999), assim, valoriza o papel da rotina produtiva. Fatos são matérias-primas, define o autor, e lembra que “[...] a definição e a escolha daquilo que é noticiável são sempre orientadas pragmaticamente” (1999, p.191). Traquina (2001) também aponta que a notícia é o produto resultante da transformação da matéria-prima, o fato, e observa que esse processo é permeado por fatores como características tecnológicas do meio noticioso, logística de produção, orçamento, restrições legais e acesso a fontes. Franciscato (2002) elenca diversos estudos que consideram as perspectivas de editores, os interesses e a linha editorial da empresa jornalística, o público que consumirá a informação e o local pelo qual ela circulará, ressaltando que o jornalista internaliza tais elementos como forma de organizar seu trabalho. Porém, ele destaca que, sejam quais forem os fatores de influência observados na definição dos critérios de noticiabilidade, estes “[...] conservam sua característica básica de ser um recurso redutor de classificação da realidade por meio da acentuação de aspectos isolados de um fato” (*op. cit.*, p.2). Isso significa que a notícia é um recorte no espaço e no tempo que é realizado através de diversos processos de seleção.

Para Silva (2005), a seleção primária ocorre através dos valores-notícia consolidados historicamente na prática jornalística. Segundo a autora, diferentes veículos e profissionais são capazes de reconhecer características típicas do fato que deve ser noticiado. Como cita Franciscato (2002, p.8), “[...] as notícias são socialmente construídas, e os critérios de noticiabilidade são resultante deste partilhamento e consenso de valores em uma comunidade”. Já a próxima seleção é relativa ao espaço ocupado no noticiário, ou seja, depende de critérios de produção. Nesse ponto, também se recorre aos valores-notícia, mas, neste caso, fatores como formato do produto, custo, público e qualidade do material, além das

influências individuais, organizacionais, culturais e de visões éticas e epistemológicas sobre conceitos como verdade e objetividade influem igualmente na construção noticiosa (SILVA, 2005).

É reducionista, portanto, definir noticiabilidade ou somente como conjunto de elementos por meio dos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos ou apenas como o conjunto de elementos intrínsecos que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em notícia. Noticiabilidade seria a soma desses dois conjuntos, acrescentada daquele terceiro que trata de questões ético-epistemológicas (SILVA, 2005, p.97).

Portanto, o amplo processo da noticiabilidade, peça-chave da cadeia produtiva da notícia, compreende duas etapas específicas: a de seleção de notícia e a de atribuição de valores-notícia ao fato (Silva, 2005). De acordo com Wolf (1999), a notícia é um produto resultante de uma série de negociações dos jornalistas com fatores diversos, dos quais dependem o relato e a veiculação desse texto noticioso, o que justifica a construção noticiosa baseada em constantes escolhas referentes à relevância dos acontecimentos. “Na prática da produção noticiosa, todos esses critérios variados de noticiabilidade atuam concomitantemente”, ressalta Silva (2005, p.96).

Por esse motivo, os autores consultados concordam que os critérios de noticiabilidade são flexíveis. Apesar de existirem sistematizações culturalmente compartilhadas pelos jornalistas com a finalidade de classificar aqueles fatos que devem ser informados pelos veículos de comunicação, tal seleção depende do contexto da produção noticiosa. Para Wolf (1999), podemos considerar os seguintes critérios: aqueles relativos ao público (capacidade de atração das audiências e nível de compreensão do material), ao produto (formato, disponibilidade da informação ao jornalista, brevidade), à concorrência (corrida pela exclusividade e existência de modelos de referência) e ao meio de comunicação (limites espaço-temporais do produto informativo).

A seguir, apresentamos uma série de características que, segundo os autores aqui abordados, tornam os acontecimentos mais ou menos noticiáveis de acordo com a visão dos veículos noticiosos.

### **3.3 Métodos de classificação das informações**

A organização do conteúdo jornalístico dá-se através de uma série de recomendações institucionalmente formalizadas e assimiladas pelas equipes dos veículos de comunicação. Tal

classificação tem como finalidade a transmissão eficiente da realidade investigada e construída pelo jornalismo.

Traquina (2004) afirma que a imprensa deve ser o elo entre a opinião pública e os governantes e deve proteger os cidadãos do abuso do poder. Miranda (2012) lembra que a relação de confiança entre meios de comunicação e público dá-se em torno de um jogo de expectativas em que a sociedade espera do jornalismo um discurso de representação da realidade. No entanto, devemos recordar que a Teoria do Espelho foi superada ao longo do século XX, e, atualmente, os estudiosos veem a notícia como resultado de elementos da rede noticiosa que, sobretudo, busca estabelecer ordem frente à imprevisibilidade dos acontecimentos (TRAQUINA, 2004). Essa rotinização origina padrões que jornalistas e veículos passam a seguir a fim de otimizar a produção.

Imaginaremos que algumas categorias oscilam entre dois pólos, como em uma dimensão dual. Em um dos pólos estaria uma qualidade extrema do fenômeno, cristalizada na forma de uma categoria ou critério de noticiabilidade usado para caracterizar publicamente a notícia; em outro, estaria a sua negação, a ausência desta qualidade e a conseqüente negação na noticiabilidade. (FRANSCISCATO, 2002, p.9)<sup>[46]</sup>

De acordo com Lage (2001), os critérios de avaliação empírica variam de acordo com interesse de quem detém o poder de informar. Uma justificativa atribuída à seleção acionada por cada veículo é, como lembra Silva, “[..] a constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia” (2005, p.97). Para Girardi e Massierer (2008), a empresa jornalística organiza-se com base em uma série de regras que são devidamente incorporadas pelos jornalistas. Traquina (2004) ressalta que a partilha dos valores institucionais definem uma “lógica” jornalística para a construção do produto informativo. Lage complementa:

A técnica de produção industrial de notícias estabeleceu com este fim critérios de avaliação formal, considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico. As transformações da sociedade são detectadas como tendências, para cuja satisfação se produzem bens simbólicos (2003, p.92).

---

<sup>46</sup> Grafia inalterada.

A fim de entendermos quais os aspectos que caracterizam o noticiário, abordamos os critérios de noticiabilidade propostos por Franciscato (2002) e Lage (2001) e descrevemos por que eles definem a composição do produto jornalístico.

### *3.3.1 Atualidade*

A corrida por coberturas em tempo real é o aspecto mais verificado na prática jornalística em tempos presentes. Essa disputa põe o veículo pioneiro na centralidade dos debates sociais provocados pelo acontecimento em questão.

A avaliação das informações que devem estar inclusas no noticiário é, primeiramente, regida pelo equilíbrio (Wolf, 1999). É necessário refletir-se sobre a composição global do produto jornalístico, de forma a manter o público atento. Portanto, os veículos de comunicação consideram a atualidade fator decisivo na organização do conteúdo que apresentará. Afinal, como lembra Franciscato, a relevância social do atual está “[...] na sua potencialidade de ser lembrada e repetida por leitores” (2002, p.10).

Lage (2001) vai além. O autor estabelece o conceito de transatualidade para explicar o fato contraditório à situação vivida, mas correspondente às aspirações contemporâneas. Podemos constatar a transatualidade em obras e fatos de outra época que se referem metaforicamente ao que experienciamos hoje. Portanto, atualidade nem sempre é sinônimo de proximidade temporal. Já para Franciscato (2002), o presente é o tempo da ação que gera o acontecimento e da ação jornalística. O presente é também o tempo de ação do público, que deve repercutir a informação veiculada, comentando-a ou reagindo a respeito dela.

Segundo Wolf (1999), a atualidade é relativa: depende da periodicidade da produção jornalística. O autor lembra que existe um tabu da repetição, excetuado somente no caso de informações que exigem continuidade para que façam sentido.

### *3.3.2 Continuidade e ruptura*

Certos acontecimentos exigem cobertura intensa quando cada novo aspecto a seu respeito é revelado. São fatos de grande repercussão e que causam mobilização da sociedade, que deseja informações esclarecedoras sobre causas e consequências, por exemplo. No entanto, após certo período, outros acontecimentos são acrescidos à pauta jornalística, e a discussão anterior é ofuscada até não ser mais considerada relevante pelo público, que passa a se preocupar com assuntos mais atuais e, portanto, mais urgentes.

Franciscato define esse fenômeno através do “movimento das coisas como expressão de permanência ou mudança no fluxo dos eventos” (2002, p.11). Segundo o autor, as

coberturas são programadas para revelar pequenas alterações em um processo contínuo. Podemos visualizar esse aspecto em notícias políticas, destaca Franciscato (2002). Para Wolf (1999), é preciso considerar-se a relevância e o significado do acontecimento quanto à evolução futura da situação. Nesse ponto, a ruptura revela-se igualmente indispensável na construção do noticiário, na medida em que “[...] ser inusual ou inesperado remetem ao fato de que a vida cotidiana gira em torno de uma rotina previsível, mas uma quebra dessa rotina por meio de um fator ‘imprevisível’ ou ‘incidental’ gerará noticiabilidade” (FRANCISCATO, 2002, p.11).

Continuidade e ruptura, portanto, entrelaçam-se na cobertura de um evento através da abordagem de fatores relacionados com a imprevisibilidade já contida no fenômeno investigado.

### 3.3.3 Normalidade e anormalidade

Percebemos que, no noticiário, atribuem-se aos acontecimentos não convencionais posição de destaque. O público vê-se curioso frente aos fatos extraordinários que derrubam paradigmas ou provocam intensa polêmica, porque, por fugirem do usual, precisam de diversos esclarecimentos para que sejam compreendidos. Assim, percebemos que o jornalismo se volta constantemente para os conflitos que o “anormal” propõe ao “normal”.

Para Franciscato (2002), essa dualidade refere-se ao comportamento cultural, pois “[...] a anormalidade seria uma forma de ruptura, mas particularmente referida a um ambiente de continuidade de hábitos e concepções em que predominantemente operam marcos culturais” (2002, p.11). Em outro extremo, os fatos ordinários podem ser noticiados devido à partilha de valores comuns. Por serem reconhecidos por muitos, têm aceitação social e causam identificação com um modelo (FRANCISCATO, 2002).

### 3.3.4 Importância e interesse

Há, nos noticiários, uma divisão básica entre *hard news* – notícias densas, porém urgentes e necessárias para que se entenda o que ocorre no contexto socioeconômico regional e mundial – e *soft news* – notícias mais descontraídas, geralmente relacionadas ao entretenimento e que, geralmente, não exigem rigor temporal.<sup>[47]</sup> Quando percebemos tal classificação, entendemos que o produto jornalístico precisa ser construído através de uma

---

<sup>47</sup> Sobre as classificações *hard news* e *soft news*, ver Franciscato (2002).

lógica que contemple eventos de toda ordem. Assim, podemos classificar as matérias como importantes ou interessantes.

Segundo Wolf (1999), entre as variáveis da importância, estão o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento – aqueles ligados a países ou a pessoas de elite têm mais probabilidade de virarem notícia. Neste critério, entra também o poder econômico, institucional, a riqueza e o prestígio das autoridades definidas e legitimadas culturalmente. Esse item é influenciado pelo reconhecimento que a visibilidade e a amplitude de atuação dessas organizações e desses indivíduos acarretam social e economicamente, além de relacionar-se com o caráter do jornalismo de prestador de serviços.

A importância relaciona-se, para além da determinação de noticiabilidade, aos critérios de seleção de fontes, frisa Wolf (1999). Como ressalta Miranda, a escolha das fontes não é arbitrária: “A escolha das fontes pode ser vista como uma estratégia no processo de construção da notícia” (MIRANDA, 2012, p.38). Baseada em Traquina (2005)<sup>[48]</sup>, a autora afirma que a estratégia está ligada à preocupação do jornalista em conferir ao seu discurso confiabilidade e designação de procedência.

Já as notícias interessantes, para Franciscato, referem-se aos eventos “[...] ligados a um prazer de ‘fruição’ da vida pública e privada, sendo-lhe atribuído um sentido leve, quase lúdico” (2002, p.12). Tais informações estão relacionadas com a emotividade, pois o jornalismo necessita de um atrativo menos formal para atrair a atenção do público.

Para Wolf (1999), essa seleção baseada em importância e interesse é subjetiva e bastante atrelada à imagem que o jornalista tem do público e da capacidade de entretenimento deste com o insólito. Para Loose, que estudou a noticiabilidade nas matérias ambientais da Folha de S. Paulo, “[...] a informação só será apurada e transposta ao público em formato de notícia se esta tiver importância e despertar o interesse daqueles que farão uso dela” (2008, p.297).

### 3.3.5 Proximidade e distância

O espaço em que o acontecimento se desdobra também influencia a seleção das informações em um noticiário. Nesse processo, os jornalistas precisam considerar a identificação ou o estranhamento do público frente a determinadas situações.

A localização não é meramente espacial, mas pressupõe uma proximidade cultural, aponta Franciscato (2002). E, como expõe Lage, “[...] relações culturais ou comerciais

---

<sup>48</sup> TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística –uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005, vol.2.

instituídas como dependência facilitam a penetração de mensagens provenientes de produtos hegemônicos” (2003, p.94). O autor atribui essa identificação com sistemas distantes fisicamente a trocas materiais (atividades comerciais) e culturais ou populacionais (migrações) principalmente.

Já a proximidade espacial, lembra Franciscato (2002), além de orientar a seleção e a exclusão de conteúdos, auxilia na localização do público, que quer entender em qual contexto vive e age através dos acontecimentos que ali tomam forma. Fato ocorrido em local fisicamente distante é atrativo jornalístico quando envolve elementos mundialmente célebres. Franciscato cita estudos segundo os quais os noticiários igualam a morte de um artista a outras centenas de milhares de mortes simultâneas, uma vez que o reconhecimento da relevância daquele sujeito é universal. Portanto, “[...] a proximidade espacial é muito dependente desta rede de relações simbólicas, sociais e estruturais envolvendo indivíduos e instituições que caracterizam a notícia” (2002, p.14).

### *3.3.6 Identificação*

O reconhecimento do público frente a certas situações é uma variável importantíssima na definição dos assuntos que devem constar no noticiário. E a identificação é verificada em diversos níveis – desde proximidade geográfica até o interesse por situações que exponham a natureza humana.

A identificação social diz respeito à sociedade estratificada em classes. Para Lage, “[...] os novos produtos são introduzidos geralmente no segmento mais próximo do ápice e cumprem um ciclo de popularização que os leva ao maior número de pessoas no instante em que são declarados obsoletos pelos seus consumidores primitivos” (2001, p.96). De acordo com o autor, os produtos jornalísticos tendem a apresentar a mesma evolução quando se preocupam em atualizar a diagramação e não a técnica de produção de texto, que seria repensada através de critérios de seleção e edição de notícias.

No caso da identificação humana, segundo Lage (2001), a existência de “ídolos vivos” causa universalização do particular. A semelhança entre o público e as pessoas notáveis que concretizaram ideais humanos pode ser expressa em aspecto real ou através de fantasias. Em outra escala, esse aspecto pode ser ilustrado também pela proximidade cultural ou física, o que provoca a percepção de uma relação entre o público e os personagens retratados pela notícia.



### 3.3.7 *Intensidade*

Altas quantias de dinheiro, catástrofes, grande número de mortos ou feridos em uma fatalidade. Essas variáveis atraem a atenção do público pelo impacto social que costumam causar. A intensidade de um acontecimento pode ser expressa por esses e muitos outros elementos que representam abundância ou excesso, por exemplo.

De acordo com Lage (2001), a intensidade é aferida em números e indicada pelo cúmulo – o inusitado que gera mais emotividade. No entanto, os números são relativos e dependem do contexto. Os demais valores interferem na noticiabilidade juntamente com a intensidade: apesar da probabilidade de um acontecimento envolvendo grandes números afetar também um grande número de pessoas (Silva, 2005), é necessário avaliar-se se o público consegue visualizar a quantidade a que a notícia se refere. Ou seja, a clareza é fundamental para o processo noticioso, como ressalta Wolf (1999), pois vai orientar o entendimento da sociedade, por mais que a dramaticidade do fato pareça suficiente para despertar interesse imediato do público.

### 3.3.8 *Ineditismo*

Este item, assim como todos aqueles já abordados neste trabalho, combina-se com os demais para que haja produção de notícia. Porém, o caráter inédito de uma informação é decisivo para sua veiculação, pois a sociedade exige a clarificação do que é desconhecido.

Para Lage, “[...] a probabilidade que consideramos em jornalismo não é a dos fatos da natureza, mas do conhecimento que presumivelmente o público tem deles” (2001, p.99). Isso significa que, mesmo se o fato em questão for provável do ponto de vista técnico, será noticiado caso for surpreendente para a maior parte dos indivíduos que se informam através daquele meio de comunicação.

De acordo com Lage (2001), há quatro faixas de quantificação do ineditismo e da consequente capacidade de a notícia em questão atrair a atenção do público: o fato inevitável tem probabilidade infinita; o fato provável é aquele que não adquire aspecto noticiável se não gera fatos secundários com aspecto relevante, pois não é inédito nem surpreendente. É relacionado à continuidade, de acordo com Silva (2005); o fato improvável é novidade, mas pode esbarrar na repetição se outros acontecimentos do gênero passam a ser corriqueiros, o que tornará o fato menos inédito e mais provável e fará com que sua importância noticiosa diminua; o fato de extrema improbabilidade, apesar de fugir da normalidade, pode ser recebido com descrédito e dúvida, como cômico ou trágico. Para o autor, a improbabilidade é

aferida pela perspectiva humana, o que remete aos *fait divers*[<sup>49</sup>] de Roland Barthes, em que a causalidade desperta interesse. Eles são regidos pela ilogicidade do mundo e pelas situações contraditórias, por vezes inverossímeis. Portanto, opõem-se à informação, relacionando-se com a capacidade de entretenimento observada nas *soft news*.

Assim, a informação inédita não se relaciona diretamente com a definição de noticiabilidade, mas auxilia na constatação da taxa de informação presente no fato a ser levado aos noticiários.

---

<sup>49</sup> Em português, “fatos diversos”. Inclassificáveis, abordam relações de causa e efeito e, portanto, constituem estrutura fechada. Vem daí o seu caráter inédito. Ver Barthes, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

## **4 ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL DO COMÉRCIO SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO**

A fim de otimizar nossa análise, selecionamos as doze reportagens do periódico *Jornal do Comércio* sobre o Código Florestal brasileiro publicadas entre 18 de março e 30 de novembro de 2011 na editoria de economia. Neste período, o jornal publicou, além dos textos selecionados, outras seguintes referências à modificação da legislação ambiental: o artigo *Novo Código Florestal Traz Avanços para a Pecuária*, de autoria da senadora Kátia Abreu, em suplemento especial sobre a *Expointer 2011* (publicado em 26 de agosto de 2011); dois artigos intitulados *O Código Florestal e o Futuro do Planeta* na coluna independente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS), assinados pelos economistas Antonio da Luz e Stefano Silveira (publicados, respectivamente, nas edições de 26, 27 e 28 de agosto de 2011 e de 2, 3 e 4 de setembro de 2011); e uma citação em questionamento durante entrevista ao superintendente regional do Ibama, João Pessoa Moreira Junior, publicada na editoria de geral na edição de 14 e 15 de novembro de 2011.

Tal restrição nos permite praticar a *Análise Descritiva*, com abordagem qualitativa, do conteúdo dos textos noticiosos relacionados ao Código Florestal brasileiro. Esse método de pesquisa é um desdobramento da *Análise Documental*, de acordo com Abreu (2011). Segundo Moreira (2009, p.271), a *Análise Documental* “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. Segundo a autora, os objetos da *Análise Documental* são, na maioria das vezes, fontes secundárias, tais como as mídias impressa e eletrônica. Na comunicação, o recurso é utilizado, sobretudo, “no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos” (MOREIRA, 2009, p.270).

Portanto, através da leitura das reportagens do *Jornal do Comércio* sobre o Código Florestal, descreveremos a composição do texto à luz das teorias que abordam a conduta do jornalista como defensor do interesse público. Analisaremos os textos de acordo com nossos objetivos geral e específicos de pesquisa. Assim, nossa pesquisa se propõe a identificar se há predominância de alguns pontos de vista em detrimento de outros, verificar o posicionamento e a recorrência das fontes, conferir se os textos alertam sobre os efeitos da aprovação da legislação para o País ou se priorizam a abordagem econômica, etc.

### **4.1 Jornal do Comércio: Breve contextualização**

À luz das leituras aqui relacionadas sobre o papel do jornalista e a irrefutável necessidade das coberturas de eventos que influem na conservação do meio ambiente e de

recursos naturais, propõe-se reflexão acerca da atuação do periódico *Jornal do Comércio* nessas causas. A intenção do trabalho é discutir se o veículo abdica de suas posições editoriais para transmitir ao leitor mais do que informações pontuais sobre negócios de seu interesse ou se permanece acomodado aos modos mais práticos de encarar as ameaças à vida do planeta: focando-se apenas nas variáveis econômicas e, por conseguinte, procrastinando as soluções. Para isso, então, apresentamos breve histórico de nosso objeto de estudo.

O *Jornal do Comércio* – publicação porto-alegrense que circula no Rio Grande do Sul em dias de semana – foi fundado em 1933, com orientação editorial praticamente inalterada em relação aos dias de hoje: trata-se de periódico voltado a um público essencialmente empresarial, e enfático em abordagens da editoria de Economia. Ali, os principais assuntos abordados são relacionados a negócios, à situação de mercados nacionais e internacionais e a políticas econômicas implementadas pelo governo.

São análises bastante diversificadas quanto aos subtemas – comércio exterior, turismo, agronegócios, clima, varejo, tecnologia, empreendedorismo, mercado de trabalho, etc – e quanto às fontes – profissionais da iniciativa privada, estudiosos acadêmicos e representantes do governo são ouvidos ou mencionados em praticamente todas as grandes matérias descritivas. Porém, o que chama a atenção é o fato de que as notícias de cartola “meio ambiente” também aparecerem, muitas vezes, na editoria de Economia. Enquanto isso, muitos conteúdos de relevância para ambientalistas podem aparecer sob cartolas como “agronegócios”, “clima” e “energia”, o que clarifica uma análise mais focada nas consequências de questões ecológicas para o mercado, e não vice-versa, como se esperaria de um veículo preocupado com o bem-estar da comunidade.

## **4.2 Análise descritiva de reportagens sobre o Código Florestal Brasileiro no *Jornal do Comércio***

Neste capítulo, apresentamos as análises descritivas das reportagens sobre o novo Código Florestal brasileiro publicadas pelo *Jornal do Comércio* durante 2011. Entre os aspectos que ressaltamos, estão as fontes consultadas, os critérios de noticiabilidade mais observados, o posicionamento das reportagens na página, a editoria e a cartola em que se inserem e o teor da referência ao Código Florestal no texto.

### *4.2.1 Análise descritiva I*

Data: 18 de maio de 2011 (quarta-feira)

Título: Grito da Terra pressiona por melhorias no campo

Subtítulo: Presidente Dilma promete para hoje respostas às reivindicações

Posicionamento: Matéria de destaque da página 16. Divide o espaço com outras duas matérias menores: uma – *Arrozeiros realizam protesto em Uruguaiana* – também sob a cartola Agronegócio, e outra – *Aterro produz biogás para usina térmica* – sob a cartola Energia.

Teor da foto: Manifestantes carregam bandeiras e um cartaz com os dizeres “Grito da Terra”.

Legenda da foto: Manifestação organizada pela Contag reuniu 5 mil pessoas em Brasília

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch — valorizou a iniciativa dos trabalhadores em protestar, pois acredita que a categoria deva ter inserção social;
- b) Líder do PT no Senado, Humberto Costa — representando o governo em seu manifesto, esclarece que as autoridades vão apoiar as entidades que defendem a reforma agrária.

Crítérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: cobertura de acontecimento ocorrido no dia anterior à circulação do jornal;
- b) Intensidade: cinco mil pessoas participaram do ato, e estas expuseram números preocupantes sobre a situação dos trabalhadores rurais, tais como a existência de 150 mil famílias acampadas para quem se reivindicam assentamentos;
- c) Importância: as reivindicações foram respondidas pela presidente Dilma Rousseff e por representantes do governo.

Teor da referência ao Código Florestal: secundária. Apenas cita os representantes do movimento participaram de reunião com a frente parlamentar que discutia o Código Florestal.

A reportagem acompanha as manifestações de cerca de cinco mil trabalhadores rurais no dia 17 de maio de 2011 durante o 17º Grito da Terra – ato de reivindicação por melhores condições de trabalho no campo. A primeira fonte citada é o presidente da Contag, que ressalta a urgência da reforma agrária para enfrentar a miséria no campo. Em seguida, o texto descreve as principais reivindicações da categoria – entre as quais, assentamentos emergenciais de famílias e políticas específicas para as mulheres trabalhadoras –, ressaltando que os manifestantes, naquele dia, também participaram de reunião com a frente parlamentar que discute o novo Código Florestal.

Os dois parágrafos seguintes movem-se para as constatações estatísticas e políticas a respeito dos trabalhadores rurais. Enquanto os manifestantes expõem dados sobre a população rural - como o fato de apenas 1% dessas pessoas terem acesso à rede sanitária e 8,7 milhões viverem sem água –, o governo afirma que defenderá a reforma agrária e anuncia que, naquele mesmo mês, lançará o programa Água Para Todos.

A matéria, portanto, é abrangente e apresenta fatos e opiniões de diversas origens, embora todas as manifestações sejam convergentes: o governo tem a última palavra quando concorda com as reivindicações dos trabalhadores; assim, não sabemos se a informação da fonte oficial foi ou não contestada pelo grupo.

#### 4.2.2 Análise descritiva 2

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 11

Data: 24 de maio de 2011 (terça-feira)

Título: Dilma admite flexibilizar parte do Código

Subtítulo: Matéria polêmica retorna à pauta da Câmara dos Deputados hoje, após adiamento de duas sessões

Posicionamento: Matéria de destaque, ocupa metade da página 11, em que também constam outras duas matérias sob a cartola Agronegócio: *Cana enfrenta dificuldades para crescer no Estado e Pecuária deve elevar valor da produção.*

Teor da foto: Retrato dos ex-ministros do Meio Ambiente Marina Silva e Carlos Minc reunidos.

Legenda da foto: Marina e Minc apresentaram carta aberta contra o relatório

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Deputado estadual Heitor Schuch (PSB) — favorável à aprovação do projeto de lei do deputado federal Aldo Rebelo;
- b) Ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva — defende o adiamento da votação do Código Florestal a fim de debater melhor a questão;
- c) Ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc — também é contra a aprovação da nova legislação ambiental;
- d) Ex-ministro do Meio Ambiente e líder do PV na Câmara, Sarney Filho (PV) — igualmente critica o projeto de reformulação do Código.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: a reportagem traz fatos ocorridos no dia anterior à circulação do jornal;

- b) Importância: a posição hierárquica dos envolvidos e sua influência sobre as decisões políticas influencia o destaque dado ao tema;
- c) Continuidade: apesar da atualidade da questão debatida, esta dá prosseguimento a debate já recorrente nos meios de comunicação brasileiros.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Acompanha a elaboração de carta à presidente por grupo contrário à alteração da legislação.

A reportagem trata de duas reuniões ocorridas no dia anterior para discutir os problemas da proposta de modificação Código Florestal em pauta na Câmara dos Deputados: o primeiro entre a presidente Dilma Rousseff, líderes do governo no Congresso e ministros no dia anterior (em que, segundo o texto, as autoridades concordaram sobre não permitir qualquer margem, na nova legislação, para anistia a desmatadores), e outro entre dez ex-ministros do Meio Ambiente (que apresentaram, na Câmara, carta aberta na qual se posicionam contra o Código proposto pelo deputado Aldo Rebelo devido aos prejuízos ambientais que a nova legislação poderá originar no País).

Apesar de relatar a movimentação de grupo de autoridades que possui uma série de ressalvas em relação ao Código Florestal debatido pelo Congresso e contextualizar o acontecimento e seus participantes, o texto dá a primeira palavra a uma fonte que defende a aprovação do relatório de Aldo Rebelo, o deputado estadual Heitor Schuch. O parlamentar faz parte de comitiva gaúcha que acompanhou a votação do texto em Brasília e afirma defender posição da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul – que, no texto, é apresentada apenas pela sigla Fetag/RS, supondo que o leitor já esteja familiarizado com a entidade.

O teor da discussão entre Dilma Rousseff e autoridades de seu governo é abordado nos dois primeiros parágrafos da reportagem. Já o manifesto de ex-ministros como Marina Silva, Carlos Minc e Sarney Filho é apresentado nos três últimos parágrafos, após menção à participação dos deputados estaduais gaúchos que defendem a votação do novo Código. Apesar de ser plural na medida em que apresenta os posicionamentos de diversas personalidades da política, a reportagem dá destaque a uma ação de apoiadores da nova legislação que ainda não ocorreu (estava programado para a data de publicação do jornal).

#### *4.2.3 Análise descritiva 3*

Data: 25 de maio de 2011 (quarta-feira)

Título: Câmara aprova Código Florestal Brasileiro

Subtítulo: Falta de consenso leva governo a tentar reverter pontos do projeto no Senado ou recorrer ao veto presidencial

Título do desdobramento 1: Manifestantes lotaram galerias

Título do desdobramento 2: Estados vão decidir sobre atividades em APPs

Posicionamento: Matéria de destaque, ocupa cerca de três quartos da página.

Teor da foto: Deputados rodeiam o colega Aldo Rebelo, que aparece no centro da foto.

Legenda da foto: Aliados do relator Aldo Rebelo comemoram resultado da votação

Fontes (por ordem de aparição) na reportagem principal:

- a) Líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP) — tenta esclarecer que o resultado da votação não foi uma derrota do governo;
- b) Líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP),
- c) e senadora Kátia Abreu (PSD-TO) — ambos desconsideram a possibilidade de veto presidencial;
- d) Deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) — reagiu contra o possível veto do Planalto.

Fontes (por ordem de aparição) no subitem *Manifestantes lotaram galerias*:

- a) Ex-ministro do Meio Ambiente Sarney Filho (PV-MA) — discursou contra o projeto e foi aplaudido por ambientalistas;
- b) Deputado Ronaldo Caiado, da bancada ruralista — ironizou o apoio da plateia a Sarney.

Fonte no subitem *Estados vão decidir sobre atividades em APPs*: Deputado Cândido Vaccarezza — posicionou-se contra a emenda que dá aos estados o poder de regularizar atividades em áreas desmatadas, e garantiu que esta visão era compartilhada pela presidente Dilma.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: acontecimento ocorrido no dia anterior à circulação do jornal.
- b) Importância: trata da decisão das pessoas que detêm o poder político e identifica-se com as *hard news* — notícias densas e necessárias para termos consciência do contexto social, econômico e político atual.
- c) Continuidade: aborda assunto que já vinha sendo acompanhado nas edições passadas do jornal.



- d) Proximidade: o Código Florestal afeta a vida de todos os brasileiros, seja os que vivem no campo ou os que vivem na cidade. Todos dependem da produção agrossilvopastoril e da manutenção dos ecossistemas para que sobrevivam.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Refere-se à votação da legislação na Câmara dos Deputados.

A reportagem inicia com a apresentação dos dados sobre a vitória do relatório de Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados – ressaltando que, dos 63 votos contrários, 35 eram do PT, o que contrariava as determinações da presidente Dilma Rousseff. O primeiro parágrafo também dá destaque ao caminho que o projeto seguirá – aliados do Governo devem efetuar mudanças no Senado, e a presidente Dilma vetará artigos caso continuem no texto pontos como a redução em 30% da Amazônia Legal e a concessão de poder aos Estados para que definam as APPs. Já o segundo parágrafo dá mais ênfase à derrota governista, sobretudo devido à revolta do PMDB, partido do vice-presidente, Michel Temer, e dá voz ao líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, que desconversou a afirmação de que o resultado foi uma derrota para a base governista: “A pressão dos ruralistas na própria base do governo foi mais forte. Mas o líder do governo resistia em reconhecer a derrota”, diz o jornal.

Em seguida, o texto dá voz a dois líderes da oposição, Duarte Nogueira e Kátia Abreu, que dizem não acreditar em veto presidencial – para eles, tal atitude criminalizaria os produtores rurais. No parágrafo seguinte, a reportagem destaca a ação de dois parlamentares identificados com a posição ruralista: Ronaldo Caiado afirma que o eventual veto da presidente produziria uma mobilização sem precedentes de produtores rurais, e compara a manifestação hipotética às ações de cidadãos espanhóis contra o governo; já a menção ao líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), foi justificada por sua postura em votar com os ruralistas – “na base governista, a posição do PMDB foi determinante”, destaca o jornal. No parágrafo final, há uma breve descrição das culturas que o projeto de Aldo Rebelo permite serem cultivadas nas encostas e topos de morros, regiões demarcadas como APPs. O texto encerra-se com a afirmação de que o governo não concorda com a permissão para plantação de cana nessas áreas.

Em seguida, o desdobramento *Estados vão decidir sobre atividades em APPs* detalha a aprovação da Emenda 164, de autoria dos deputados Paulo Piau (PMDB-MG), Homero Pereira (PR-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Darcísio Perondi (PMDB-RS). A emenda, segundo a reportagem, contraria os interesses do Planalto, e foi aprovada por 273 votos favoráveis – 182 foram contrários. O texto retira a necessidade de regulamentação de

atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural baseadas em APPs até 22 de julho de 2008, além de transmitir aos Estados o poder de “estabelecer outras atividades que possam justificar a regularização de áreas desmatadas”, de acordo com o jornal. O segundo e último parágrafo destaca a controvérsia causada pela emenda. Henrique Eduardo Alves afirmou que Dilma não poderia considerar a aprovação da Emenda 164 uma derrota porque o PMDB, partido da base governista, contribuiu para a vitória desse texto. Por outro lado, Cândido Vaccarezza declarou que, na verdade, a presidente discorda do conteúdo do texto. Uma sentença proferida pelo deputado petista criticando a emenda fecha o texto.

Os movimentos em defesa do meio ambiente são retratados somente no pequeno desdobramento *Manifestantes lotaram galerias*. No entanto, pouca ou nenhuma voz é dada a esse grupo, ainda que a reportagem afirme que cerca de 200 pessoas tenham protestado contra o relatório de Rebelo. A desqualificação da causa ambientalista pela reportagem chama atenção do leitor em dois momentos: no primeiro parágrafo, quando a ação dos movimentos ecológicos são descritas – “o clima mais parecia o de um programa de auditório do que uma votação de projeto de lei”, narra o jornal; e no segundo e último parágrafo, que afirma que o discurso de Sarney Filho foi um dos mais aplaudidos pelos ambientalistas e finaliza com a ironia de Ronaldo Caiado – que, referindo-se à quantidade de manifestantes com camisetas da Central Única dos Trabalhadores, declara que “é uma coisa inédita ver a CUT toda fardada aplaudindo Sarney.

Dessa maneira, a reportagem, primeiramente, não dá voz às reivindicações de opositores do projeto – tanto pela consulta a legisladores como a representantes da sociedade civil. Em seguida, o texto deixa espaço para a descontextualização das demandas do grupo denominado ambientalista ao permitir que uma fonte com posicionamento radicalmente contrário interprete as motivações do grupo – de forma sarcástica.

#### 4.2.4 Análise descritiva 4

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 14

Data: 26 de maio de 2011 (quinta-feira)

Título: Produtores e empresários comemoram novo código

Subtítulo: Fetag anunciou que vai brigar por compensações financeiras para o agricultor que optar por preservar áreas maiores

Título do desdobramento 1: Dilma não terá coragem de vetar emenda, diz Sociedade Rural

Título do desdobramento 2: Ambientalistas lamentam decisão do plenário

Posicionamento: Matéria de destaque, cujos títulos dividem espaço somente com a nota *Fenasul abre hoje no Assis Brasil*, também sob a cartola Agronegócio.

Teor da foto: Retrato do presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto.

Legenda da foto: Salvamos a fruticultura da Serra e o arroz, destaca Carlos Sperotto.

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Presidente da Farsul, Carlos Sperotto — defende a aprovação do novo Código Florestal por este permitir a continuidade de atividades agropecuárias em áreas de preservação ambiental;
- b) Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Elton Weber — afirma que o código aprovado garante segurança jurídica aos produtores;
- c) Diretor-presidente da Celulose Riograndense, Walter Lídio Nunes — diz que o Código vigente, ao contrário da legislação aprovada pela Câmara, é muito rígido com os produtores, e comemora o fato de cada unidade da federação possuir maior autonomia na regulamentação de atividades em seus biomas.

Fontes (por ordem de aparição) no subitem *Dilma não terá coragem de vetar emenda, diz Sociedade Rural*:

- a) Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva — acredita que a vitória dos ruralistas é incontestável e que, devido a isso, a presidente Dilma Rousseff não deve vetar a emenda 164, aprovada pela Câmara dos Deputados;
- b) Relator do projeto na Câmara, deputado Aldo Rebelo — pensa que a presidente não deve vetar seu texto ou o da emenda 164, e diz que ela conhece apenas “um lado” da questão, imposto pelos ambientalistas que estiveram no Palácio do Planalto dias antes da entrevista. Citação não literal;
- c) Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) — acredita que o texto aprovado pela Câmara será alterado no Senado.

Fontes (por ordem de aparição) no subitem *Ambientalistas lamentam decisão do plenário*:

- a) Francisco Milanez, conselheiro da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) — critica ruralistas que defendem a mudança da legislação e afirma que a motivação de tal posicionamento refere-se à possibilidade de anistia a desmatamentos ocorridos no passado através da aprovação do novo texto;

- b) Coordenador do Conselho Nacional da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, Clayton Lino — garante que a entidade se manterá organizada, mesmo com as poucas possibilidades de o texto ser alterado no Senado;
- c) Coordenador da Rede de ONGs da Mata Atlântica, Renato Cunha — acrescenta que os movimentos em defesa do meio ambiente continuarão lutando contra o projeto, embora ainda não saibam “exatamente o que fazer”.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Importância: o tema envolve figuras influentes da política nacional.
- b) Continuidade: avalia a repercussão de um fato acompanhado há algum tempo;
- c) Atualidade: ainda que a reportagem refira-se não ao fato em si, mas das percepções e opiniões sobre ele, podemos afirmar que se trata de uma notícia baseada na atualidade por avaliar um tema amplamente discutido pela sociedade naquele momento e capaz de alterar a vida de todos os brasileiros.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Aborda o posicionamento de representantes dos produtores gaúchos a respeito da legislação.

A reportagem descreve o contentamento das entidades do setor agropecuário com a aprovação do Código Florestal proposto por Aldo Rebelo e da Emenda 164 na Câmara dos Deputados. Para o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, mesmo em regiões consideradas APPs, como topos e encostas de morros, observa-se produção agrícola há mais de um século, e a aprovação do Código não ameaçaria culturas frequentes nessas regiões, como a fruticultura da Serra e as lavouras de arroz das várzeas. Sperotto também comemora a isenção de reflorestamento de propriedades com até quatro módulos fiscais, o que, segundo ele, beneficia o pequeno produtor.

Já o presidente da Fetag-RS, Elton Weber, acredita que a nova legislação trará segurança jurídica aos produtores, mas defende que ainda sejam feitas modificações no texto, tais como o estabelecimento de compensação financeira para proprietários que preservarem áreas mais extensas do que o exigido. Em seguida, a reportagem apresenta a opinião de Walter Lídio Nunes, que ocupa os seus últimos dois parágrafos. O diretor-presidente da Celulose Riograndense afirma que o novo Código envolve aspectos ambientais e sociais, em contraponto com a legislação vigente, que, segundo ele, é muito severa com os produtores. Outro aspecto que Nunes considera positivo na alteração é a proposta de descentralizar a regulamentação de atividades – o jornal e o entrevistado não esclarecem sobre quais atividades se referem –, o que, segundo o dirigente, evitaria “que se adote comportamento

mais ou menos flexível dependendo do ramo de atividade”, referindo-se ao tratamento desigual que diz haver para o setor florestal.

O apoio à legislação aprovada também aparece no desdobramento localizado ao lado da reportagem principal. *Dilma não terá coragem de vetar emenda, diz Sociedade Rural*. Porém, a Sociedade Rural Brasileira ataca a possibilidade de veto presidencial da emenda 164. Apesar de termos visto que essa emenda foi conceituada na reportagem publicada no dia anterior, a notícia aqui analisada a define superficialmente como o artigo que “permite a manutenção de áreas de agropecuária em locais reservados à preservação”. Cesário Ramalho da Silva, presidente da SRB, afirma que a vitória do setor na votação do Congresso é incontestável, e por isso Dilma não deve vetar o texto. Ele acredita que ocorrerá debate “menos radicalizado”, como classifica, no Senado, onde há maioria ruralista. Em seguida, a reportagem faz referência às declarações de Aldo Rebelo sobre o assunto. Para o deputado, a presidente está sendo influenciada pelas opiniões dos ambientalistas. O texto ainda apresenta a opinião de Romero Jucá, que também acredita em alteração do texto no Senado – embora não especifique suas expectativas. Esta parte da reportagem encerra-se com a constatação do presidente do Senado, José Sarney, que afirma que a relevância da discussão e as controvérsias que ainda se observam entre ruralistas e ambientalistas deve retirar qualquer caráter de urgência da votação da matéria na Casa.

Por fim, *Ambientalistas lamentam decisão do plenário* enumera as opiniões de três representantes de movimentos em defesa do meio ambiente. As falas de Francisco Milanez, da Agapan, ocupam dois parágrafos. Segundo o biólogo, o texto aprovado pode anistiar os desmatadores e ir à contramão de tratados internacionais nos quais o Brasil se comprometeu a reduzir o desflorestamento. Já o último parágrafo apresenta as ideias de dois ambientalistas presentes na abertura da Semana Nacional da Mata Atlântica, em Curitiba. O evento não é contextualizado; o texto conduz o leitor diretamente às opiniões de Clayton Lino e Renato Cunha. Ambos garantem que as entidades permanecerão organizadas. O final do texto menciona declaração de Cunha, que afirma que os movimentos ainda não sabem como vão agir para impedir o prosseguimento do projeto que desaprovam.

#### 4.2.5 Análise descritiva 5

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 13

Data: 31 de maio de 2011 (terça-feira)

Título: Para Sarney, desmatadores não podem ser anistiados no novo Código Florestal

Posicionamento: Apesar de possuir apenas dois parágrafos, a matéria tem destaque na cartola Agronegócios, pois ocupa, horizontalmente, a parte superior da página.

Foto: Não

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) – defende que proprietários de áreas desmatadas até julho de 2008 não sejam anistiados após a aprovação da Emenda 164 na votação da Câmara dos Deputados;
- b) Diretor-executivo do Greenpeace, Marcelo Furtado – esclarece que a entidade reprova o projeto por ser contra a anistia aos desmatadores e por temer o crescimento da devastação das florestas.
- c) Presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag), Carlo Lovatelli – afirma que a categoria está otimista, pois o novo Código acabaria com a insegurança jurídica.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: Apesar de o objeto de discussão ter sido apresentado dias atrás, a reportagem narra posições sobre ele que foram expressas no dia anterior;
- b) Importância: O assunto envolve interesses políticos e de entidades de grande expressividade social;
- c) Continuidade: A reportagem faz referência às repercussões de evento ocorrido dias antes.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Apresenta posicionamento de representante do parlamento, de ambientalistas e de ruralistas a respeito do teor da legislação.

A reportagem inicia-se com declaração de José Sarney na qual o senador se posiciona contra a anistia a desmatadores possibilitada através da aprovação da Emenda 164 durante a votação na Câmara. Para Sarney, o País deve preservar suas florestas. Neste caso, ao contrário da reportagem anterior, o texto preocupa-se em contextualizar a emenda: “[...] incluída no texto durante análise na Câmara dos Deputados, anistiou os proprietários rurais que plantaram ou fizeram pastos em áreas de proteção permanente (APPs) até julho de 2008”.

Em seguida, a reportagem passa a descrever evento da Associação Brasileira de Agronegócio ocorrido em hotel em São Paulo. O jornal descreve, primeiramente, a opinião do diretor-executivo do Greenpeace sobre o Código. Os argumentos contrários à legislação atribuídos a Marcelo Furtado na reportagem são semelhantes aos expostos por José Sarney: anistia a desmatadores e possibilidade de aumento da devastação das florestas. Por fim, o jornal apresenta o depoimento do presidente da Abag a fim de esclarecer o posicionamento do

agronegócio sobre a legislação. Carlo Lovatelli defende a aprovação do Código no Senado para que não haja mais situação de insegurança jurídica.

#### 4.2.6 Análise descritiva 6

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 5

Data: 1 de junho de 2011 (quarta-feira)

Título: Jorge Viana é indicado para relatar texto do Código Florestal no Senado

Posicionamento: Pequena matéria, localizada ao pé da página. Divide a cartola Agronegócios com uma matéria bem mais extensa, *Crédito a produtor é unificado em R\$ 650 mil*.

Teor da foto: Retrato posado do senador Jorge Viana (PT-AC)

Legenda da foto: Senador tem trânsito no Planalto

Fontes: A matéria não é baseada em depoimentos. O único presente na matéria é uma breve frase do senador que encerra o texto. No geral, a reportagem é descritiva, destacando a trajetória de Viana.

Critérios de noticiabilidade observados:

- a) Atualidade: Refere-se a acontecimento amplamente debatido pela esfera pública e que ainda renderá até que haja definição a seu respeito.
- b) Importância: Trata-se de fato relevante para se compreender o andamento da discussão entre os representantes do Legislativo.
- c) Continuidade: A reportagem acompanha a tramitação do Código no Congresso e informa sobre um novo capítulo – o início dos trabalhos no Senado;
- d) Normalidade: A indicação de Jorge Viana já era esperada, pois o senador preside a Comissão de Meio Ambiente do Senado e, segundo o jornal, tem posição de mediador entre a Casa e o Planalto.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Trata da continuidade da elaboração do texto do novo Código Florestal, desta vez a cargo do Senado.

Sem fontes diretas, a reportagem caracteriza-se por tom informativo, sem argumentação, realizando breve recapitulação sobre a trajetória de Jorge Viana (PT-AC) e os fatores que influenciaram na sua indicação para relator do Código Florestal no Senado. Viana é ex-governador do Acre, tem proximidade com a ex-ministra Marina Silva e é um importante interlocutor do Palácio do Planalto. A notícia também lembra que a escolha de Viana para o posto frustrou o PMDB, que defendia a indicação do senador Luiz Henrique (SC) como

relator do projeto nas três comissões do Senado em que o texto tramitará – uma vez que o peemedebista é favorável à extensão de poder sobre a legislação ambiental aos Estados.

No segundo e no terceiro parágrafos, o leitor é informado de que o senador vem fazendo duras críticas ao texto aprovado na Câmara, mas tais posicionamentos não são especificados. O assunto é retomado no quarto e último parágrafo, em que Viana declara que pretende debater o papel dos Estados na legislação, pois, segundo a Constituição, órgãos regionais devem ter atuação apenas complementar às decisões da União, que, de acordo com o parlamentar, seriam soberanas.

#### 4.2.7 Análise descritiva 7

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 12

Data: 11 de agosto de 2011

Título: Código Florestal deve ser votado na Comissão de Justiça até o dia 31

Posicionamento: Matéria composta por três curtos parágrafos, divide o pé da página com um anúncio publicitário. Está sob a cartola Agronegócios assim como a matéria em destaque, *Estado detalha melhorias para a Expointer*, e outra menos extensa que esta, *Minupar estuda fusão com frigorífico Nova Araçá*.

Foto: Não

Fontes: Não há consulta de fontes para a produção do texto.

Critérios de noticiabilidade observados:

- a) Atualidade: refere-se a decisões externadas no dia anterior sobre discussão em andamento no âmbito político, embora muitas informações sejam mais especulativas do que factuais;
- b) Continuidade: Trata-se de nova informação sobre assunto que já vinha sendo acompanhado pela imprensa nacional.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Informa sobre o planejamento do Senado a respeito da votação da legislação.

O texto noticioso, pouco extenso, é meramente informativo. Os dois primeiros parágrafos destacam a atuação do senador Luiz Henrique, que relata a atualização do Código à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e que também foi indicado como relator nas comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia. Na metade do segundo parágrafo, o texto informa, a título de curiosidade que, com base em conversas com o senador



Jorge Viana, relator do Código Florestal na Comissão do Meio Ambiente, Luiz Henrique deseja estabelecer calendário das votações da legislação nas comissões da Casa.

No terceiro e último parágrafo, em apenas uma frase, a reportagem atualiza o leitor sobre as atividades de Viana, embora essas não passem de especulação. O jornal informa que o senador pretende convidar Aldo Rebelo para detalhar aos senadores o relatório que apresentou na Câmara dos Deputados.

#### 4.2.8 Análise descritiva 8

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 13

Data: 13 de setembro de 2011

Título: Gaúchos retomam mobilização pela aprovação do Novo Código Florestal

Posicionamento: Assim como a matéria abaixo, *Philip Morris investirá R\$ 11 milhões em laboratório em Santa Catarina*, ladeia a reportagem principal sob a cartola Agronegócios, *Selo fiscal do vinho passa a valer a partir de 2012*.

Foto: Não

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Heitor Schuch (PSB), deputado estadual do Rio Grande do Sul – faz parte da comitiva formada por lideranças do setor rural que foi até Brasília a fim de acompanhar audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado que discutia a alteração do Código Florestal. Acredita que os produtores precisam se mobilizar em defesa do projeto;

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: detalha agenda de autoridades que, no dia da publicação do jornal, vão tratar de tema controverso da política nacional;
- b) Continuidade: trata-se de assunto com perspectiva de resolução e que, por isso, vem sendo acompanhado constantemente pela imprensa;
- c) Importância: envolve figuras influentes da política gaúcha.

Teor da referência ao Código Florestal: Primário. Mostra a mobilização do setor rural para garantir a aprovação da legislação.

A reportagem acompanha grupo de lideranças do setor rural gaúcho que estará em Brasília na data de publicação do jornal a fim de acompanhar audiência sobre a alteração do Código Florestal na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. No primeiro parágrafo, o

texto destaca a presença do deputado Heitor Schuch na comitiva de que também fazem parte representantes de entidades como Fetag, Fecoagro e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O início do segundo e último parágrafo dá voz a Schuch, o único entrevistado da reportagem, que afirma que o setor está atuando intensivamente em Brasília, conversando com parlamentares a fim de garantir apoio político ao projeto. Até aqui, porém, o jornal não esclarece quais são os pontos de concordância da comitiva em relação ao Código proposto.

Enquanto isso, a segunda metade do texto contextualiza a audiência que a comitiva gaúcha está acompanhando. O jornal informa que a iniciativa do encontro é das Comissões do Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor, de Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça, e o objetivo é ouvir juristas sobre as adequações da nova legislação aos pressupostos do sistema de proteção ambiental especificados na Constituição Federal.

#### 4.2.9 Análise descritiva 9

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 10

Data: 14 de setembro de 2011 (quarta-feira)

Título: Juristas discordam sobre texto do Código Florestal

Posicionamento: Na parte inferior da página, abaixo da matéria principal da cartola Agronegócios, *Bom Gosto fecha planta localizada em Erechim.*

Foto: Não

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Cristina Godoy de Araujo Freitas, promotora do Ministério Público de São Paulo – aponta inconstitucionalidades na legislação proposta. Citação literal;
- b) Herman Benjamin, ministro do Supremo Tribunal de Justiça – critica o conceito de legalização de atividades agrícolas em APPs. Citação não literal;
- c) Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa e do Supremo Tribunal Federal – critica lacunas existentes no texto sobre as competências dos Estados. Citação não literal;
- d) Deputado Heitor Schuch – disse acreditar que o projeto de lei pode afetar os avanços que afirma ter havido nos últimos anos para a agricultura familiar. Citação literal.

Crítérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: trata-se de assunto acompanhado amplamente por todas as instâncias da sociedade e sobre o qual todos possuem opiniões distintas;
- b) Importância: o tema repercute entre autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, além de representantes da sociedade civil;

- c) Continuidade: o evento já havia sido anunciado na edição do dia anterior, que tratava do mesmo tema.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Demonstra o posicionamento de representantes do judiciário sobre a alteração do Código.

O primeiro parágrafo contextualiza os resultados de reunião entre juristas ocorrida no dia anterior a fim de debater o Código Florestal às vésperas de a pauta ser abordada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. De acordo com a reportagem, as principais divergências referiam-se à possibilidade de anistia a desmatadores e ao papel dos Estados na regularização ambiental. O segundo parágrafo aprofunda a discussão e afirma que os representantes do Ministério Público posicionaram-se contra o texto do senador Luiz Henrique, relator em três das quatro Comissões do Senado responsáveis pela análise da matéria, por prováveis prejuízos às APPs – posição que só será esclarecida em outros pontos da reportagem.

Já o terceiro parágrafo transmite a opinião da promotora Cristina Freitas, que declara que o novo Código Florestal é inconstitucional por prever regularização de intervenções ilegais nas vegetações brasileiras. O quarto parágrafo inicia-se com a crítica do ministro do STJ Herman Benjamin sobre a definição das atividades agrícolas em APPs que seriam legalizadas e o contraponto da presidente Dilma Rousseff, que já afirmou que vai vetar artigos em que haja possibilidade de anistia – embora tal conceito não seja especificado. Em seguida, o ex-ministro Nelson Jobim afirma que o texto não clarifica o papel do Executivo e das unidades da federação na regularização ambiental, o que pode ocasionar conflitos interestaduais.

A maior parte do quinto e último parágrafo é dedicada às impressões do deputado Heitor Schuch sobre o tema. De acordo com o parlamentar, que acompanhava a audiência, é necessário que constem nos projetos de lei sobre o tema os avanços da agricultura familiar. Schuch declara que o Código proposto coloca mais de 90% das pequenas propriedades gaúchas na ilegalidade, pois os agricultores não poderiam atender às exigências impostas pela legislação. A reportagem encerra esclarecendo que, como os senadores pretendem alterar o projeto dos deputados, o novo texto voltaria para análise na Câmara.

#### *4.2.10 Análise descritiva 10*

Data: 3 de outubro de 2011 (segunda-feira)

Título: Não há pressa para mudanças, diz Mendes

Subtítulo: Ministro da Agricultura aguarda relatório da CGU para definir trocas na Conab e ressalta perfil cauteloso de gestão

Título do desdobramento 1: Capacidade de articulação política

Título do desdobramento 2: Apoio ao pequeno agricultor

Posicionamento: A matéria e seus desdobramentos dividem a página apenas com um anúncio publicitário, que ocupa menos de um quarto do espaço.

Teor da foto: Retrato do Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)

Legenda da foto: Há pouco mais de um mês no cargo, gaúcho se compara a “camisa 10”

Fonte: A matéria foi elaborada a partir de entrevista com Mendes Ribeiro Filho, e o ministro é a única fonte citada durante todo o texto.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Importância: a reportagem aborda a gestão do Ministro da Agricultura, com autoridade legitimada pela Presidente da República;
- b) Proximidade: o atual Ministro é gaúcho, o que gera fator de identificação pelos leitores do jornal;
- c) Atualidade: todos os temas abordados durante a entrevista são de relevância para a atual política nacional.

Teor da referência ao Código Florestal: A referência é primária apenas em alguns parágrafos, nos quais o ministro manifesta sua visão a respeito do debate. O restante do texto trata de outros assuntos referentes à sua gestão.

A questão do Código Florestal surge em dois pontos distintos do texto. Na reportagem, principal, a articulação das discussões sobre o Código no governo é mencionada no penúltimo parágrafo como um dos desafios que o ministro, empossado há cinco semanas, teve de enfrentar logo que assumiu o cargo, assim como o embargo russo sobre as carnes brasileiras, a restrição de compras de terras por estrangeiros e o monitoramento das fronteiras diante de focos da febre aftosa no Paraguai. A reportagem menciona que muitas das críticas a Mendes relacionam-se ao seu pouco conhecimento da área, ao que ele rebate com brincadeira em que afirma realmente não saber de nada, mas que tem vontade de aprender muito. Já no desdobramento *Apoio ao pequeno agricultor*, a reportagem afirma que o Código Florestal é uma das questões que opõe defensores da agricultura e do meio ambiente, e que Mendes enxerga essa divisão ideológica como natural, mas afirma que as posições não deveriam ser

antagônicas; segundo ele, todos defendem o desenvolvimento sustentável. O ministro também diz não distinguir agricultura familiar e empresarial, e justifica a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – responsável pelas atividades da agricultura familiar – “porque o Ministério da Agricultura cuidava mal dos pequenos produtores”. O segundo e último parágrafo do desdobramento trata da intenção de Mendes em criar uma secretaria para o cooperativismo a fim de estimular a competitividade dos pequenos agricultores.

Grande parte do resto da reportagem menciona as estratégias políticas de Mendes Ribeiro Filho no comando do Ministério da Agricultura. O texto principal afirma que o peemedebista tem carta branca da presidente Dilma para realizar quaisquer mudanças na pasta, especialmente devido a irregularidades verificadas no mandato do antecessor, Wagner Rossi (PMDB-SP), e na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – as quais o jornal não menciona. O ministro, porém, afirma que não vai se precipitar e deve esperar o relatório das investigações efetuadas pela Controladoria-Geral da União, sem medo de ser criticado. Segundo a reportagem, Mendes deve se reunir, naquela data, com o provável novo diretor financeiro da Conab. O quarto parágrafo é mais informal: após opinar sobre a crise no Ministério, o titular da Agricultura usa metáforas futebolísticas – a reportagem destaca que Mendes é torcedor e conselheiro do Grêmio – para ilustrar sua cautela: o ministro afirma que não costuma lançar a bola para jogador que está impedido.

Já o desdobramento *Capacidade de articulação política* destaca sua influência entre a presidente Dilma e a base parlamentar. Sobre as expectativas de que vá ajudar a bancada ruralista em questões como a restrição de compras de terras por estrangeiros e a demarcação de terras indígenas e quilombolas, o ministro responde com a vaga declaração de que trabalha para atingir objetivos que não são seus, mas sim do governo e de quem apoia a agricultura. Mendes também afirma ter esperanças quanto à liberação de R\$ 274 milhões que subvencionarão parte do prêmio do seguro rural. Outro problema abordado, que encerra a reportagem, é a resistência da Argentina em não renovar acordo sobre cota voluntária para exportação de leite no Brasil.

#### 4.2.11 Análise descritiva 11

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 13

Data: 25, 26 e 27 de novembro de 2011

Título: Comissão do Senado conclui votação do código florestal

Posicionamento: Matéria posicionada no pé da página, abaixo de outras três mais extensas que também estão sob a cartola Agronegócios.

Foto: Não

Fonte: Senador Jorge Viana – destaca as vantagens do texto aprovado.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: trata-se de definição de um assunto que vem sendo discutido ao longo do ano por parlamentares;
- b) Continuidade: aborda as decisões acerca de tema de grande repercussão política e social;
- c) Proximidade: na medida em que os resultados das votações são esclarecidos, mais claro fica para a população o impacto das decisões dos parlamentares para a realidade no País.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Informa o andamento da votação do novo Código Florestal no Senado.

A reportagem anuncia que a Comissão do Meio Ambiente do Senado aprovou o texto-base da reforma do Código Florestal e que o a matéria seguirá para o plenário. Segundo o jornal, a expectativa é de que os senadores possam votar o projeto em última instância na próxima semana, fazendo com que retorne em seguida para a Câmara dos Deputados. O relator Jorge Viana frisa que o texto-base aprovado é bom para o meio ambiente, trará segurança aos produtores e beneficiará os brasileiros em geral.

O último parágrafo contextualiza os caminhos do Código Florestal no Congresso: como o projeto que veio da Câmara sofreu alterações nas Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia do Senado, os deputados precisarão analisá-lo novamente, rejeitando ou aceitando as modificações. Por fim, o texto precisa ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

#### *4.2.12 Análise descritiva 12*

Editoria: Economia; Cartola: Agronegócios; Página: 13

Data: 30 de novembro de 2011

Título: Manobra retira urgência na votação do Código

Subtítulo: Antes, acordo de líderes indicava início da análise hoje no Senado

Posicionamento: Matéria de destaque, divide a página com outras duas notícias que também aparecem sob a cartola Agronegócios: *Triticultores defendem salvaguardas* e *Brasil sediará congresso mundial de Devon em 2012*

Teor da foto: Manifestantes protestam contra o novo Código Florestal e portam faixa com os dizeres “Dilma, não destrua nossas florestas”.

Legenda da foto: Movimentos contrários ao texto fizeram manifestação em Brasília

Fontes (por ordem de aparição):

- a) Senador Randolfe Rodrigues (Psol-AP) – desautorizou a votação do Código Florestal pelo Senado no dia 29 de novembro ao enfatizar que a publicação do texto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente na semana anterior ainda não havia ocorrido. Citação não literal na matéria.
- b) Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) – Citação não literal na matéria.
- c) Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) – Citação não literal na matéria.
- d) Relator da Comissão do Meio Ambiente, Jorge Viana – nega que o texto anistie desmatadores. Citação literal na matéria.
- e) Diretor da ONG SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani – participou de manifestação contra o texto do novo Código Florestal na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Critérios de noticiabilidade identificados:

- a) Atualidade: trata-se de tema acompanhado massivamente pela mídia nacional, pois a sociedade aguarda resoluções;
- b) Continuidade: a matéria refere-se a votação em curso no Congresso desde o início do ano;
- c) Importância: o tema envolve interesses do governo, da oposição e da sociedade;
- d) Ineditismo: movimentação inesperada afetou o curso previsto pelo governo para a votação da matéria em plenário.

Teor da referência ao Código Florestal: Primária. Aborda os rumos da votação após a contestação do Psol.

O texto inicia com a afirmação de que “uma manobra regimental” do Psol não permitiu que o requerimento de urgência para a análise do projeto do novo Código Florestal fosse votado no Senado no dia anterior, o que provoca dúvidas sobre quando ocorrerá o pleito. Ainda no primeiro parágrafo, a reportagem explica: parlamentares do Psol não deram aval a acordo entre os líderes de partidos que definia a data de votação, pois o senador socialista

Randolfe Rodrigues afirmou que o texto aprovado na semana anterior na Comissão de Meio Ambiente da Casa ainda não havia sido publicado. O partido também afirmou que não ocorreu a leitura com 24 horas de antecedência do requerimento de urgência, conforme indica o regimento. A reportagem dá voz a Rodrigues logo em seguida, no segundo parágrafo. O parlamentar afirma ser contra o texto porque este defende as demandas do agronegócio e defende que a matéria seja discutida em 2012, ano da realização da Rio+20. Os senadores Álvaro Dias e Romero Jucá, no entanto, acreditam que o Senado possa encontrar saída regimental para que o texto seja votado até o final da semana.

No terceiro parágrafo, a reportagem destaca que, independentemente das resoluções dos parlamentares, a votação deve se estender por mais alguns dias devido à demanda de senadores do Nordeste – não especificados no texto – para retirada de apicuns (locais dos mangues onde há produção de camarões) das APPs. Em seguida, o relator Jorge Viana completa que a proposta da nova legislação, embora não seja a de seus sonhos, é a ideal para o Brasil e declara que o texto não deixa margens para anistia a desmatadores.

O último parágrafo é dedicado à manifestação de movimentos contrários ao texto do Código Florestal proposto ocorrida na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A reportagem descreve o evento destacando os balões verdes soltados por crianças e o reforço do policiamento nos arredores do Palácio do Planalto, e encerra-se com o depoimento do ambientalista Mario Mantovani, segundo o qual o Código atende somente aos interesses dos ruralistas.

#### **4.3 Exposição de resultados**

Através deste trabalho, pudemos verificar padrões de abordagem do jornal a respeito do Código Florestal Brasileiro e exceções que, porém, não configuram vinculação com os ideais do Jornalismo Ambiental.

O que se percebe é que há pluralidade nas reportagens que abordam as ações de defensores do meio ambiente. Por outro lado, nas matérias em que os interesses do agronegócio são o mote, raramente há contraponto de ambientalistas. A exceção ocorre quando, por exemplo, a opinião divergente aparece em um *box*, sem que haja qualquer diálogo desse ponto de vista com o texto principal. Esse aspecto pode ser constatado na reportagem *Câmara aprova Código Florestal Brasileiro* – ironicamente, a única sob a cartola Meio Ambiente. Apesar de o texto principal ocupar metade da página, a repercussão da aprovação do relatório de Aldo Rebelo entre os ambientalistas foi descrita apenas no pequeno



desdobramento *Manifestantes lotaram galerias*, em que, no entanto, a única fonte citada é Ronaldo Caiado, um dos líderes da bancada ruralista.

Nesse sentido, também percebemos que boa parte das reportagens não deixa margem para a contestação dos ambientalistas. Além do exemplo citado acima, outras reportagens, mesmo que recorram a fontes que defendam a preservação ambiental, ainda segregam o posicionamento ecológico a um *box* ou desdobramento que não responde aos argumentos ruralistas expostos no texto principal. Este é o caso da matéria *Produtores e empresários comemoram novo código*, que apresenta em sequência os pensamentos de representantes da agropecuária, e dá espaço ao manifesto de ambientalistas no pequeno desdobramento *Ambientalistas lamentam decisão do plenário*.

Verificamos como as fontes mais frequentes o deputado estadual Heitor Schuch (PSB), um dos líderes da bancada ruralista gaúcha, e o deputado federal Jorge Viana (PT-AC), relator da legislação no Senado. Curiosamente, o posicionamento do relator do projeto na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, aparece somente em desdobramento da reportagem *Produtores e empresários comemoram novo código*. Assim, o periódico desconsidera alguns dos preceitos do Jornalismo Ambiental, tais quais a pluralidade das fontes. Embora muitas matérias sejam plurais, a recorrência de pontos de vista específicos – identificados com a defesa da aprovação imediata do relatório – e a classificação dos conteúdos como pertencentes à cartola Agronegócios, da editoria de economia, provam que a divisão não é equilibrada.

Da mesma maneira, o jornal não atua segundo outras práticas do Jornalismo Ambiental quando verificamos a construção de reportagens baseadas somente na consulta a fontes primárias e ausência de análises detalhadas sobre os efeitos da aprovação do Código Florestal para os ecossistemas brasileiros. Em contrapartida, podemos destacar a contextualização das informações através da retomada de pontos anteriores do debate sobre o tema, de modo a situar o leitor na polêmica. Porém, apesar de o jornal se preocupar em explicar o andamento da discussão no Congresso, tal postura não significa que ele contribua para a conscientização do público – pelo contrário, o veículo não se propõe a abordar as consequências do texto proposto para a vida de todos os brasileiros e em que convicções estão baseados os posicionamentos dos grupos apresentados pelo jornal em constante oposição, os ruralistas e os ambientalistas.

Entre os critérios de noticiabilidade, os mais recorrentes são atualidade e importância. Este está relacionado, sobretudo, à quantidade de autoridades do Executivo e do Legislativo e de representantes de instituições e movimentos da sociedade civil envolvidos no debate sobre

o Código Florestal; o outro diz respeito à cobertura majoritária de assuntos ocorridos naquele instante histórico – embora o jornalismo impresso não possa realizar coberturas em tempo real, como fazem a televisão, o rádio e o webjornalismo, a atualidade se confirma devido à publicação de fatos ocorridos no dia anterior. Entre os critérios observados, também se destacam a continuidade e a proximidade: este em menor escala, mas observado devido à relevância da discussão sobre o Código para todas as instâncias da vida em sociedade; o outro, intrinsecamente relacionado ao caráter fragmentado e controverso do tema, e que, portanto, exige grande temporada de debates que antecedem a votação final pelo Congresso – a imprensa, em consequência, acompanha cada passo capaz de conduzir os legisladores e o governo a resoluções.

Sentimos falta de outros critérios menos relacionados com a representatividade dos sujeitos envolvidos na discussão e mais focados no impacto da nova legislação para o País. A anormalidade, em especial, poderia aproximar o veículo dos princípios do Jornalismo Ambiental através de abordagem que identificasse as diferenças existentes entre o modelo de conservação vigente em relação àquele proposto pelos líderes políticos e do mercado e àquele do qual a sociedade necessita para garantir sua existência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui proposta deseja confirmar se um veículo direcionado à cobertura de fatos relevantes para o mercado preocupa-se em adotar uma visão sistêmica dos acontecimentos: embora com circulação restrita a determinado nicho, o periódico não pode ignorar sua responsabilidade em transmitir ao leitor a complexidade que origina uma questão de ordem econômica. Sistemas econômicos são consequência de uma determinada forma de organização social, mas essa sociedade não pode existir sem que haja ligação de seus membros com aquilo que os bens naturais do planeta lhes fornecem. Se não há compreensão deste vínculo da humanidade com o meio ambiente, não é possível refletir sobre a solução de problemas subsequentes, que tornam as interações humanas ainda mais conflituosas.

A fim de realizar tal estudo, enumeramos as práticas que definem o Jornalismo Ambiental e contextualizamos a tramitação do projeto de alteração do Código Florestal Brasileiro vigente desde 1965. Relacionamos a ação do jornalista ambiental aos princípios do Paradigma da Complexidade, que envolve a Teoria dos Sistemas e seus conceitos sobre as infinitas possibilidades de ligação entre os elementos que compõem a realidade e a existência autônoma e interdependente de todas as formas de vida. Em nosso levantamento bibliográfico, também entendemos que o Jornalismo Ambiental, a partir da visão sistêmica, deveria preocupar-se com o esclarecimento sobre as consequências dos fatores de ameaça à natureza – uma vez que o desequilíbrio ambiental afeta todas as relações entre organismos que compõem o ecossistema. Dessa forma, cabe ao jornalista ambiental alertar a população sobre os riscos do abalo aos sistemas planetários e conscientizar o público sobre a importância da preservação da vida.

Esperávamos encontrar nas reportagens do Jornal do Comércio tal preocupação com a elucidação dos problemas sociais e ambientais fomentados pela aprovação de legislação ambiental que privilegia os produtores rurais e coloca a permanência da biodiversidade em segundo plano. Da mesma forma, nossa abordagem sobre os critérios de noticiabilidade presentes nas reportagens sobre as propostas para o novo Código Florestal pretendia identificar resoluções editoriais que visassem a destacar as informações mais fundamentais para o entendimento dos efeitos da aprovação da matéria.

No entanto, os preceitos do Jornalismo Ambiental pouco se fazem presentes na cobertura do jornal sobre o tema. As fontes que defendem aprovação imediata do texto no Congresso são as mais frequentes nas 12 reportagens analisadas. Apesar de haver consulta a fontes identificadas como ambientalistas, preocupadas com a devastação dos ecossistemas

brasileiros no caso de sanção do texto, não há muito espaço para que expliquem os prejuízos trazidos pelas modificações na legislação nacional. De maneira geral, as opiniões dos defensores do meio ambiente aparecem de forma fragmentada e desligada do texto principal, caso apareça em reportagens que ocupem, pelo menos, meia página.

Quanto aos critérios de noticiabilidade, percebemos que estes se associam à representatividade política e/ou econômica dos indivíduos consultados para fins de elaboração das reportagens. Por mais que as fontes mais recorrentes não estejam diretamente envolvidas na aprovação do projeto de lei, essas pessoas lideram entidades relacionadas, sobretudo, ao agronegócio gaúcho, o que indica aproximação do jornal com as questões financeiras que preocupam seus leitores – envolvidos com atividades comerciais e empresariais do Estado. Embora o Jornalismo Ambiental acredite que a imparcialidade seja impossível, ele defende a pluralidade de vozes no texto noticioso. Nesse caso, o Jornal do Comércio concede espaço às fontes as quais acreditam que o meio ambiente é um empecilho para o desenvolvimento do agronegócio.

Destacamos características positivas nas reportagens. A cobertura informou o leitor sobre todos os passos da tramitação do projeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Além disso, as reportagens procuraram contextualizar os acontecimentos, descrevendo as principais figuras envolvidas no processo e relembrando as decisões que já haviam sido tomadas no Congresso Nacional a respeito do texto. O acompanhamento do trabalho dos parlamentares ocorreu durante todo o ano e tornou notícia não somente acontecimentos grandiosos, mas também pequenas resoluções que influenciaram a continuidade das discussões.

Porém, ainda é necessária uma completa mudança de paradigmas para que o jornal possa entender que, no contexto histórico atual, a emergência do pensamento sustentável não deve ser desconsiderada. Primeiramente, precisa-se enxergar o jornalismo como um serviço público e colocar a informação acima das expectativas do mercado. Tal visão deverá contribuir para o trabalho do jornalista por permitir que este se preocupe menos com as preferências mercadológicas do meio de comunicação e mais com a busca pelas visões dissonantes a respeito do conteúdo abordado. Afinal, é a variedade de posicionamentos que garante a pluralidade tão perseguida pelo jornalismo contemporâneo. Essa característica reforçaria a legitimidade social fornecida à atividade jornalística.

Em seguida, o veículo deve trabalhar para alcançar os objetivos do Jornalismo Ambiental. Como percebemos durante a realização deste trabalho, a preocupação com a formação crítica do público visa a incentivar a sociedade a se manifestar sobre a iminência da

destruição massiva dos ecossistemas. Por essa razão, a produção de conteúdo jornalístico baseada na sua função educativa contribui para a cidadania, trazendo mais autonomia ao público na medida em que este tem consciência das decisões que estão sendo tomadas pelos detentores do poder político e econômico e das consequências de tais resoluções para a sociedade e para a vida em geral.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Caroline Rocha de. **A empresa verde em pauta: Análise Descritiva do Caderno Nosso Mundo Sustentável, de Zero Hora.** 2011. 81 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BAUMONT, Carine; GIRARDI, Ilza; PEDROSO, Rosa Nívea. Jornalismo e cidadania ecológica: análise da temática do aquecimento global no Caderno Ambiente de Zero Hora. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (Org.). **Jornalismo Ambiental: Desafios e reflexões.** Porto Alegre, Dom Quixote, 2008. p.189-209.
- BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em Mutação: menos catástrofe, mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004. p.15-48.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática. **Ecoviagem, on-line**, 6 out. 2004. Disponível em: <<http://www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2012.
- BUENO, Wilson da Costa. As síndromes do jornalismo ambiental brasileiro. In: MELO, José Marques de (org). **Mídia, Ecologia e Sociedade.** São Paulo: INTERCOM, 2008. P. 161-172.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1997.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (org). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 1999. 2. ed. p. 269-279.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 11., Rio de Janeiro, 2002. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2002/franciscato2002.doc>>. Acesso em: 29 mar. 2012.
- GERAQUE, Eduardo. Perceber a biodiversidade: jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004. p.79-110.
- GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges. Pensando o Jornalismo Ambiental na Ótica da Sustentabilidade. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-12, jul. 2006.
- GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges. As razões de um conceito. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (Org.). **Jornalismo Ambiental: Desafios e reflexões.** Porto Alegre, Dom Quixote, 2008. p.15-26.

GIRARDI, Ilza et al. Jornalismo ambiental: caminhos e descaminhos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 8., 2010, São Luís do Maranhão. **Anais... .** São Luís do Maranhão: SBPJor, 2010. p.1-15. CD-ROM.

HISTÓRICO do JC. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/institucional.php>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

LOOSE, Eloísa. Matérias ambientais na Folha de S. Paulo: do manual à teoria da noticiabilidade. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (Org.). **Jornalismo Ambiental: Desafios e reflexões**. Porto Alegre, Dom Quixote, 2008. P. 289-302.

LUTZEMBERGER, José. **Fim do futuro?: manifesto ecológico brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.

MASSIERER, Carine; GIRARDI, Ilza. O peso da organização jornalística na construção das matérias de meio ambiente no Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN, 9., 2008, Ciudad de México. **Anais... .** Ciudad de México: Congreso Latinoamericano de Investigación de La Comunicación, 2008. p.1-15. Disponível em: <[http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18\\_%204%20Massierer%20Tourinho.pdf](http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18_%204%20Massierer%20Tourinho.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2012.

MIRANDA, Clarissa Mazon. **Fontes jornalísticas em *Veja*: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da. **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000. Disponível em: <<http://www.uesb.br/labtece/artigos/Da%20Necessidade%20de%20um%20Pensamento%20Complexo.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

NOVAES, Washington. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**. 4. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. p. 323-331.

SILVA, Gabriela Matielo da. **Jornalismo Ambiental: análise documental das reportagens do jornal Zero Hora sobre o projeto de alteração na legislação brasileira**. 2010. 82 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em jornalismo e mídia. Florianópolis, v. 2, n.1, p.95-107, 1º semestre 2005.

SHINAR, Dov. Prólogo: Ecologia e mídia em situações de guerra e paz. In: MELO, José Marques de (org). **Mídia, Ecologia e Sociedade**. São Paulo: INTERCOM, 2008. p. 17-32.

SOUSA, Jorge Pedro. A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica. In: MELO, José Marques de (org). **Mídia, Ecologia e Sociedade**. São Paulo: INTERCOM, 2008. p. 65-112.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WELS, Ana Maria Córdova. Paradigma da Complexidade: caminho para assessorar a análise e a compreensão da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **As Assessorias de Comunicação Social na esfera pública estadual: práticas profissionais e contribuição para o processo comunicacional no Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.